



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

MARCIO DOS SANTOS PEREIRA

**AS FAMÍLIAS DO ENTORNO DA LAGOA DO INDEPENDENTE I
NA CIDADE DE ALTAMIRA/PA**

BELÉM-PA
2025

MARCIO DOS SANTOS PEREIRA

**AS FAMÍLIAS DO ENTORNO DA LAGOA DO INDEPENDENTE I
NA CIDADE DE ALTAMIRA/PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de pesquisa: Dinâmicas territoriais na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Herrera.

BELÉM-PA
2025

MARCIO DOS SANTOS PEREIRA

**AS FAMÍLIAS DO ENTORNO DA LAGOA DO INDEPENDENTE I
NA CIDADE DE ALTAMIRA/PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Herrera.

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Antônio Herrera – Orientador
PPGEO/UFPA
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amaral
PPGEO/UFPA
Examinador Interno

Prof. Dr. Ronicleici Santos da Conceição –
PPGEO/UFPA
Examinador Interno

QUEM SOU EU

Eu sou, Marcio dos Santos Pereira, filho de Raimundo Alves Pereira e Francisca das Chagas Santos Pereira. Sou o filho mais novo de sete irmãos e o único a ter o nível superior. Nasci no interior do Maranhão, onde o meu pai trabalhava como vaqueiro e agricultor.

Em 1998, eu me casei com Carmélia de Maria Gomes dos Santos, e em agosto do ano de 2000, resolvemos vir para o Estado do Pará, especialmente para Altamira. Chegando aqui fomos trabalhar como professores nas escolas ribeirinhas, eu e minha esposa.

Passando por várias escolas do interior de Altamira e de Vitória do Xingu, no ano de 2007 e 2008, fomos trabalhar com o povo Parakanã no alto Xingu. Em 2006, comecei o curso de Licenciatura em História na Universidade Estadual Vale do Acaraú. Graduei, também, em Sociologia pela UNINTER, Centro Universitário Internacional, em Filosofia pela UNINTER Centro Universitário Internacional, e, em Geografia pela UNINTER Centro Universitário Internacional

Percebi a importância dos estudos em minha vida e o quanto eu deveria me dedicar cada vez mais. Logo em seguida, eu fiz um curso de pós-graduação em História e Cultura Afro-brasileira pela Faculdade Noroeste de Minas Gerais (2011); Especialização em Educação do Campo, Agricultura Familiar e Sustentabilidade da Amazônia, pelo Instituto Federal do Pará (2012); Especialização em Políticas Educacionais, saberes docente, pela Universidade Federal do Pará (2019); pós graduação em Metodologia em Filosofia e Sociologia, pela Faculdade da Região Serrana (2022) e pós graduação em Antropologia pela Faculdade da Região Serrana (2022).

Eu e minha esposa somos migrantes, ela também é professora e durante todo esse tempo no Estado do Pará, temos nos dedicado as nossas profissões como professores, onde trabalhamos no município de Altamira, Vitória do Xingu, Porto de Moz, Gurupá, Senador José Porfírio, Medicilândia e Anapu. Tenho uma vasta experiência na área da Educação, na qual, tenho trabalhado da alfabetização até ensino superior.

E aos 46 anos, estou realizando um sonho que é de cursar o Mestrado em Geografia, numa das melhores faculdade do país. Aqui, estou tendo uma oportunidade de fazer reflexão mais profunda sobre a geografia. Porém, considero ser muito difícil pois o Mestrado precisa uma dedicação exclusiva. Assim, tenho me dedicado nas leituras com a ajuda e orientação do meu orientador que tem sido um verdadeiro amigo. Ajuda, também, da minha esposa. Acredito que venceremos.

DEDICATÓRIAS E AGRADECIMENTOS

Chego a hora, mas importante, que é a de agradecer. Quero aqui agradecer a Deus, com a sua grande Misericórdia, Bondade e Sabedoria, que me deu força para trilhar na caminha da ciência, e tenho a certeza de que, Deus esteve comigo em todos os momentos.

Agradeço a minha esposa Carmélia de Maria Gomes dos Santos por ter compreendido a minha ausência em casa, a ao mesmo tempo falando da importância da conclusão dos estudos, pois a Carmélia foi e é um anjo que tem contribuído com a minha formação acadêmica, renunciando aos seus sonhos para viver os meus.

Agradeço a minha filha Sophia Gomes Pereira, que nos finais de semanas queria tanto brincar comigo, e por falta de tempo, deixei muitas de brincar com a minha filha.

Agradeço ao meu filho Lucas Gomes dos Santos, teve de ficar com a minha filha para eu ter tempo de estudar.

Agradeço enormemente aos meus pais, Raimundo Alves Pereira e Francisca das Chagas dos Santos Pereira, que mesmo de longe tem orado por mim.

Agradeço ao José Antônio Herrera, que além de orientador, foi um amigo, irmão, O Professor Herrera, caminhou comigo durante o mestrado dando conselho mostrando o caminha a seguir. O Herrera é muito mais do que um orientado ele é um verdadeiro amigo que não deixa nenhum dos orientandos para trás, tenho a certeza sem o senhor eu não conseguiria realizar esse sonho de fazer um curso de mestrado. Professor José Antônio Herrera, sou eternamente grato ao senhor.

Dedico parte desses esforços a Professora Darlene, que foi uma parceira incansável nos momentos difíceis de produção acadêmica, a qual não mediu esforços para me ver bem e feliz, com essa dissertação. Muito Obrigado.

Agradeço os amigos Genilson Cornélio, Rodolfo Pragana que tiveram bastante paciência comigo.

Agradeço o professor Cesar Augusto Marins de Souza, que foi um grande incentivador, que se tornou um grande amigo. Dedico também esse trabalho ao senhor.

Agradeço também aos professores do Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, a todos, muito obrigado pelas trocas de experiências.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender as condições de vida dos moradores após o deslocamento do entorno da Lagoa do Independente I. Nesta dissertação selecionou-se para o estudo os moradores da lagoa do independente I, após o processo de deslocamento para uma nova moradia. A Hidrelétrica Belo Monte construída entre os municípios de Altamira e Vitória do Xingu, gerou um processo intenso de transformações, principalmente na dinâmica urbana que (re)configurou as relações dos moradores da Lagoa do Independente I. A cidade registrou a modificação e expansão de seus bairros, bem como a criação de novos, sejam esses planejados pelo empreendedor ou ações de agentes privados. Neste contexto, estão as famílias da área conhecida como Lagoa, localizada no bairro Jardim Independente I, famílias essas que junto ao Movimento de Atingido por Barragens (MAB) buscaram compensar os problemas vividos com falta de saneamento básico, assim, torna-se relevante entender as ações e as estratégias que as famílias realizaram para que fossem atendidos seus direitos como atingidas pela hidrelétrica. Como forma de investigação e explicação da realidade estudada, a pesquisa ampara-se no método materialista histórico e dialético, assim como o caminho metodológico. A pesquisa estrutura-se em três eixo de discussão, sendo de natureza (teórica, histórica, empírica).

Palavras-chave: Lagoa do Independente I; Famílias; Deslocamento; UHE Belo Monte.

ABSTRACT

The report presents the directions of the master's research that aims to understand the process of displacement of families residing around Lagoa from Independente I. The Belo Monte Hydroelectric Plant, built between the municipalities of Altamira and Vitória do Xingu, generated an intense process of transformation, mainly in urban dynamics that (re)configured relations of the residents of Lagoa from Independente I. The city recorded the modification and expansion of its neighborhoods, as well as the creation of new ones, whether planned by the developer or actions by private agents. In this context, there are families from the area known as Lagoa, located in the Jardim Independente I neighborhood, families that, together with the Movimento de Atingido por Barragens (MAB) sought to compensate for the problems experienced with the lack of basic sanitation, thus, it becomes relevant to understand the actions and strategies that families carried out to ensure that their rights were met as affected by the hydroelectric plant. As a form of investigation and explanation of the studied reality, the research is based on the historical and dialectical materialist method, as well as the methodological path. The research is structured around three axes of discussion, being of a nature (theoretical, historical, empirical).

Keywords: Lagoa do Independente I; Families; Displacement; UHE Belo Monte.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Trajeto da Rodovia Transamazônica.....	23
Figura 02 - Hidrelétrica de Belo Monte/PA.....	28
Figura 03 - Moradia / Lagoa Independente I.....	30
Figura 04 - Localização da Lagoa do Independente I.....	31
Figura 05 - Lagoa do Independente I em diferentes momentos.....	32
Figura 06 - Instalação de Palafitas por ano.....	38
Figura 07 - Termo de compromisso.....	39
Figura 08 - Convite – Audiência Pública.....	40
Figura 09 - Reunião com as famílias atingidas.....	40
Figura 10 - Localização da Lagoa do bairro J. Independente I.....	43
Figura 11 - Casa dentro da lagoa/ aguardando ser indenizada.....	44
Figura 12 - Residência para ser desapropriada.....	45
Figura 13 - Casa que foi demolida.....	46
Figura 14 - Residências em negociação.....	47
Figura 15 - Imóveis demolidos.....	48
Figura 16 - Ponto comercial.....	49
Figura 17 - Destino moradores da Lagoa.....	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Histórico sobre o cadastramento do bairro Jardim Independente I.....	37
Quadro 02 - Participante da audiência.....	42
Quadro 03 - Entrevistados.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Morava antes de vir para Lagoa.....	33
Gráfico 02 - Ano que chegaram na Lagoa.....	35
Gráfico 03 - Estado de Origem.....	54
Gráfico 04 - Cidade de Origem.....	55
Gráfico 05 - Bairro que residem atualmente.....	56
Gráfico 06 - Profissão dos entrevistados.....	57

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2. METODOLOGIA	15
3. O ESPAÇO GEOGRAFICO: UM OLHAR A PARTIR DOS GRANDES PROJETOS APORTADO NA AMAZONIA	17
3.1 A construção do espaço geográfico	17
3.2 Contextualização da construção da Rodovia Transamazônica	21
3.3 As curiosidades sobre a Rodovia Transamazônica	23
3.3.1 <i>A terceira rodovia mais longa do Brasil</i>	23
3.3.2 <i>Impactos ambientais</i>	24
3.3.3 <i>O “Pau do Presidente”</i>	24
3.3.4 <i>A aventura do off-road na Transamazônica</i>	24
3.4 Contextualização histórica da Hidrelétrica de Belo Monte	26
4 A LAGOA DO INDEPENDENTE I – O DESLOCAMENTO DOS MORADORES	29
4.1 Caracterização da Lagoa do Independente I	29
4.1.1 <i>As etapas do deslocamento dos moradores da Lagoa do Independente I</i>	36
4.1.2 <i>O processo de deslocamento dos moradores do entorno da lagoa</i>	40
5 OS RELATOS SOBRE O DESLOCAMENTO DOS MORADORES DO ENTORNO DA LAGOA DO INDEPENDENTE I	44
5.1 Os moradores que persistem em continuar	44
5.2 Nas margens da lagoa, sentei-me e chorei. Para onde iremos?	49
5.3 Os ex-moradores da Lagoa do Independente I e suas novas moradias.	53
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60
APENDICE A - FORMULÁRIO LAGOA INDEPENDENTE	62

1 INTRODUÇÃO

O Município de Altamira, está localizado na região intermediária, à margem esquerda do rio Xingu. A sede municipal é definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE nas coordenadas 3°12'39,12" S e 52°12'39,23". (IBGE, 2016). E a Hidrelétrica Belo Monte, foi construída entre os municípios de Altamira e Vitória do Xingu, gerando um processo intenso de transformações, principalmente devido a chegada de pessoas para trabalhar na construção e em outras atividades, um exemplo, o comércio. A cidade registrou a modificação e expansão de seus bairros, bem como a criação de novos, sejam esses planejados pelo empreendedor ou ações de agentes privados. Neste processo, registra-se o deslocamento de famílias que viviam nas Áreas Diretamente Afetadas (ADA), mas não só elas foram impactadas, sobretudo devido à especulação imobiliária gerada com o início da obra.

Neste contexto, ressaltando as famílias da área conhecida como Lagoa, localizada no bairro Jardim Independente I, essa categoria que junto ao Movimento de Atingido por Barragens (MAB) lutaram por moradia digna diante dos problemas vividos. Assim, torna-se relevante entender as ações e as estratégias que esses grupos realizaram para que fossem atendidos seus direitos como afetados após a conclusão da construção da Hidrelétrica Belo Monte.

Logo, entende-se que os moradores da Lagoa vivenciaram, três longos processos de deslocamento, mas nesta dissertação a abordagem é o terceiro processo de deslocamento tendo em vista os problemas ocasionados após a construção da hidrelétrica, aos moradores do entorno da Lagoa. Em vista disso, se faz necessário compreender a trajetória, percurso e ajuste, face aos problemas socioambientais que afetavam aquela população que reivindicavam seus direitos.

Nesse contexto, a problemática da Dissertação explora o reconhecimento tardio por parte dos órgãos competentes, uma vez que já havia elementos convergentes para a situação dos moradores atingidos do entorno da lagoa, pelo seguintes atenuantes: critério técnico: a impossibilidade da implantação do saneamento básico nas residências localizadas no entorno da lagoa; problemas ambientais, como água parada e esgoto doméstico e problemas sociais como aumento de doenças e a violência que assolavam os moradores.

A luta dos moradores pelo reconhecimento enquanto afetado pela construção da UHB, pode-se problematizar a partir do acordo entre Prefeitura e Norte Energia que se concretizou com a saída das famílias no final de 2022. Fato, ao qual considero o terceiro processo de

deslocamento que se calçaram dos critérios técnicos que seria indevido a implantação do saneamento básico nas residências localizadas no entorno da Lagoa.

As transformações decorrentes da construção da hidrelétrica, trouxe impactos para os moradores que continuaram vivendo próximo a lagoa do Independente I, historicamente, já vivenciavam problemas socioambientais, devido a carência de serviços e equipamentos públicos básicos. Como as políticas públicas não acompanharam as obras, o crescimento urbano desordenado e a falta de estruturas importantes para populações urbanas, trouxeram ainda mais problemas à população da Lagoa. A análise dos problemas e desafios vivenciados por moradores da Lagoa, permitem problematizar os impactos de um grande projeto sobre uma parte dos moradores do bairro Independente I.

A cidade de Altamira tem sua data oficial de emancipação como município em 1911 e passou por grandes transformações durante a ditadura, a partir de 1970, com a construção da rodovia Transamazônica (MARTINS DE SOUZA, 2014). Desta forma, os impactos sobre a sociedade foram sentidos de modo complexo neste momento, como afirmou Souza (2020), em que a sociedade brasileira comemorava a implementação de uma obra gigantesca da ditadura que prometia ocupar a Amazônia, que infelizmente ignorava as populações locais.

A cidade de Altamira, foi emancipada no contexto da economia da borracha, experimentou modificações e grande crescimento com a construção da rodovia Transamazônica e entrou em declínio em seguida para vivenciar novas perspectivas de crescimento com a Hidrelétrica Belo Monte. Com este panorama, [...]sofrem implicações espaciais decorrentes do avanço das novas demandas do capital durante todo o seu processo formativo “desde a prevalência da economia gomífera na bacia do Rio Xingu” passando pela densificação populacional, ocasionada principalmente pela ação direta dos programas de integração nacional impostos pelo regime militar a partir da década de 1970, até à contemporaneidade da implantação da Usina de Belo Monte. (MIRANDA NETO, 2016, p. 91).

Ao reconhecer o deslocamento das famílias residentes na Lagoa, no bairro Jardim Independente I, como definiram Herrera e Santana (2016, p. 255), é reconhecer o processo que marginalizou ainda mais os já marginalizados.

Neste sentido, a meta da pesquisa é acompanhar a trajetória das famílias que mudaram para outros bairros, iniciando um novo ciclo da sua história. Sendo assim, o estudo, propõe-se responder os seguintes questionamentos: Quais são as perspectivas das famílias após o deslocamento? Como estão vivendo as famílias após a mudança do entorno da lagoa? Quais os principais problemas para as famílias após a mudança?

Para isso, propõe-se o diálogo com os moradores que saíram na Lagoa no final de 2022 e início de 2023, após firmarem o acordo e aceitarem as condições propostas pela Prefeitura e a Norte Energia.

Mediante ao exposto, foi traçado para a dissertação o Objetivo Geral de compreender as condições de vida dos moradores após o deslocamento do entorno da Lagoa do Independente I, considerando que a partir do deslocamento para residir em outro bairro, reconstituíram um jeito novo de interação com as novas relações espaciais, modificando o modo de vida. Tendo Como objetivos específicos: Verificar a transformação do espaço geográfico a partir dos grandes projetos na Amazônia; identificar a história do processo de deslocamento das famílias; resgatar a história das famílias que viveram no entorno da Lagoa do Independente I.

A hipótese é que as diversas consequências causadas pelo deslocamento provocado com a construção da Hidrelétrica Belo Monte ocasionaram profundos impactos no modo de vida das famílias que residiram na Lagoa do Independente I. As condições socioambientais do espaço não favoreciam a permanência das famílias na área do entorno da lagoa, mas somente no final de 2022 e início de 2023, é que todos os moradores foram removidos, com o agravamento dos problemas com as casas que foram se deteriorando, a falta de segurança e o alagamento. Estes foram alguns dos impactos vivenciados após a saída dos dois grupos de moradores.¹ Todos os moradores do entorno da Lagoa já foram indenizados, e atualmente moram em bairros diversificados de acordo com a remuneração recebida.

¹ O processo de indenização dividiu os moradores da lagoa em grupos para proceder o deslocamento, na dissertação a pesquisa acompanhou a trajetória do terceiro grupo.

2. METODOLOGIA

De início, cabe destacar que o procedimento que será adotado para a realização desse estudo é primeiramente uma revisão bibliográfica de trabalho acadêmico que aborda a temática da lagoa, a verificação em documentos oficiais da Norte Energia e da Prefeitura como relatórios. Seguindo de pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas. APENDICE A (Formulário)

As entrevistas foram realizadas nas novas residências dos entrevistados, na perspectiva de conversar a acerca das “das experiências de vida” a fim de constituir o corpus de pesquisa com intuito de analisar as disparidades na fala dos moradores e os falares dos dirigentes responsáveis pelo deslocamento da área da lagoa na cidade de Altamira-PA.

As informações coletadas serão analisadas quantiqualitativamente e apresentadas em gráficos e tabelas correspondentes. Para a realização da análise quantitativa será utilizada a estatística descritiva, conforme Gil (2007) a fim de caracterizar a descrição dos dados e avaliação das generalizações obtidas a partir dos dados coletados.

Para a abordagem qualitativa, será traçado um paralelo entre a análise e as interpretações acerca dos dados, visto que será feita pelo pesquisador a interpretação “pura” dos dados com alicerce em Gil (2007).

A abordagem utilizada será a exploratório-descritiva que segundo Gil (2002) proporciona maior familiaridade com o tema proposto, além de descrever determinadas características do público-alvo além de assumir formas de levantamento de dados.

Para a coleta de dados, foram utilizados instrumentos que viabilizam de forma precisa os resultados esperados, a saber formulários e entrevistas. A ação inicial deu-se pela elaboração dos formulários para a execução de entrevista semiestruturada, a fim de delinear um perfil dos sujeitos envolvidos no deslocamento e construir os lugares sociais empíricos de pertencimento, para, sequencialmente, realizar as observações analíticas de seus falares discursivos.

Para tanto, se fez necessário construir elementos para localizá-los e acompanhá-los, o que possibilitou problematizar os deslocamentos, no início da pesquisa as situações dos que ficaram e quais são a reais situações do andamento do deslocamento das famílias que ainda se encontravam na Lagoa, sem condições mínimas moradia, com carência de saneamento, educação e segurança pública. Este aspecto, torna relevante a demanda para entender os processos e estratégias que encontraram para a averiguação do reconhecimento como atingidos, e puder vir a ter de acessar a direitos e benefícios sociais. Após o longo impasse para solucionar

as questões com a indenização, posteriormente o reconhecimento, final todos os moradores foram deslocados e se estabeleceram na nova moradia.

Do universo de noventa e sete (97) imóveis que ficavam localizados entorno da lagoa, totalizando 370 famílias, distribuídas da seguinte forma, nos imóveis moravam de duas a cinco famílias, cada uma com três a cinco componentes. Temos como exemplo de um tronco familiar, o pai, a mãe e cinco filhos, a filha casada, com dois filhos, agregados, sobrinhos ou conhecidos que antes moravam na roça entre outras situações. Com essa disparidade fiz a opção de entrevistar a pessoa que tinha o referido cadastro junto aos órgãos responsáveis.

Sendo assim, realizei dezenove entrevistas somente com o responsável pela residência, no período de novembro de 2023 e janeiro de 2024, utilizei um formulário contendo questões abertas e fechadas, as questões abertas foram gravadas. Esses moradores estão reestabelecendo um novo vínculo na nova moradia, reconstruindo sua história.

Essa mudança no seu cotidiano após a conclusão da construção da hidrelétrica, alterou drasticamente as relações de parentescos e vizinhanças, já que na maioria das casas moravam mais de uma família do mesmo núcleo familiar. As pessoas responsáveis pelo lar tiveram que lutar incansavelmente para serem reconhecidos como afetados, e para garantir moradia para os seus agregados, um direito à moradia digna, após os impactos sociais/ambientais causado ao meio ambiente, principalmente no recurso hidro existente naquele local, onde já residiam pessoas excluídas da sociedade. Agora, apresento o estado da arte da dissertação.

No capítulo I, retrata o espaço geográfico: Um olhar a partir dos grandes projetos aportados na Amazônia, que apresenta o conceito chave da dissertação, o espaço e os grandes objetos que aportaram na Região de Integração do Xingu transformando toda a dinâmica local ao longo da história.

No capítulo II, aponta a Lagoa do Independente I – O deslocamento dos moradores do entorno, dando ênfase as etapas dos deslocamentos, mas abordagem central é o terceiro processo de deslocamento.

No capítulo III, detalha, os relatos sobre o deslocamento dos moradores do entorno da lagoa do independente I, toda a trajetória com a luta pelo processo de reconhecimento até a finalização da retirada para outros bairros.

As considerações que demonstra toda uma trajetória de luta, desafios, obstáculos e conquista dos moradores que residiram na lagoa do Independente 1, apontando o recomeço e a reconstituição do seu modo de vida em outro espaço geográfico.

CAPÍTULO I

3. O ESPAÇO GEOGRÁFICO: UM OLHAR A PARTIR DOS GRANDES PROJETOS APORTADO NA AMAZONIA

Este capítulo aborda o conceito de espaço geográfico para relacionar com a transformação a partir dos grandes projetos na Amazônia, como a Rodovia Transamazônica (BR-230) e a construção da UHE Belo Monte. Ao longo da história o Estado brasileiro e seus respectivos governos têm poste em evidência, a promoção de projetos faraônicos na Amazônia que por sua vez trazem consequências sociais, culturais, ambientais e econômicas. Entre esses grandes projetos vamos destacar a abertura da Transamazônica e a Usina hidrelétrica de Belo Monte, que trouxeram consequências para a cidade de Altamira-PA, em especial para as pessoas que não tinham onde morar. Isso ocasionou um aumento no setor imobiliário causando uma especulação nos valores dos imóveis e aluguéis gerando um transtorno para as famílias de baixa renda ou até mesmo assalariadas que foram impossibilitadas de ter uma moradia digna.

3.1 A construção do espaço geográfico

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (Santos, 1978, p. 122).

Numa linha possibilista “não é absurdo afirmar que somos mais ou menos cidadãos de acordo com o espaço em que estamos inseridos” (Piñon de Oliveira, 2012, p. 178). Ancorados nessa ideia, usa-se as concepções elaboradas por Santos, nas obras “A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção” (2009) e o “O espaço do cidadão” (2007), nas quais o autor apresenta pontos de grande relevância para esta pesquisa ao expor sob a óptica do espaço, a cidadania. A cidadania não é, portanto, simplesmente uma representação dos indivíduos:

A cidadania não é, portanto, simplesmente uma representação dos indivíduos dentro do Estado Nacional, é, sem dúvida, um fenômeno muito mais complexo que incidem no quadro da dinâmica territorial cotidiana da sociedade. (...) As discussões sobre cidadania e democracia não podem, portanto, ignorar mais que estas noções possuem uma dimensão ontológica e fundadora. Tendo em vista esta dimensão fundadora entre estes dois termos, a ideia de cidadania pode nos ser útil para compreender a dinâmica de fenômenos e disputas sócio territoriais que ocorrem no mundo atual, valorizando

o aspecto de disputa por espaço que é simultaneamente condição e meio de exercício desta cidadania. (Gomes, 1997, p. 50)

Com essa análise ficamos próximo da leitura da obra de Henri Lefebvre, “O direito à cidade” (2001), “formulado como o direito à vida urbana, transformada e renovada” (Lefebvre, 2001, p. 117), ajuda à compreensão das modificações que em ocorrem no espaço urbano amazônico, e especialmente no bairro independente I. É fundamental para este projeto entender este processo de direito à cidade, analisado por Lefebvre (2011) e como esse direito é suprimido pela ação hegemônica do capital, materializado, neste texto, com o ocorrido em Altamira mediante a construção da UHE Belo Monte.

Guerra & Martins de Souza (2018) afirmam que Belo Monte é um ponto de transformação em toda a estrutura da cidade de Altamira, em um curto espaço de tempo, o que provocou significativos impactos. Os autores argumentam que houve crescimento na violência, uma maior presença de moradores de rua, e problemas com a infraestrutura urbana da cidade. Assim, a população que em um primeiro momento viu a perspectiva da melhoria em suas vidas foram:

[...] aturdida em um primeiro momento por um cenário bem diferente do que muitos moradores acreditaram que seria o propalado desenvolvimento propiciado por Belo Monte, foi aos poucos reconstruindo suas práticas, buscando alternativas para o lazer (Guerra & Martins de Souza, 2018, p. 806-807).

Se em um primeiro momento, houve um crescimento populacional, bem como de possibilidades de ganhos com a construção da Hidrelétrica Belo Monte, sobretudo por comerciantes locais, a partir de 2016, quando as obras se encontravam em avançado estágio de construção e requerem menos mão de obra, a cidade vivenciou outra crise decorrente da diminuição da população. Para Guerra & Martins de Souza, a presença de Belo Monte, em Altamira, não tem como ser ignorada, pois:

Os impactos com a construção de Belo Monte podem ser percebidos nas paisagens urbanas de Altamira e trouxeram alterações profundas e definitivas para a cidade. Assaltos, estupros, miséria, fechamento de pontos comerciais e postos de trabalho, desorganização urbana e do cotidiano das famílias são realidades que podem ser exemplificadas em conversas com moradores e reforçadas em uma análise sobre as transformações pelas quais passou a cidade. CCBM e Norte Energia comemoram os resultados alcançados e divulgam as melhorias que, segundo eles, propiciaram para as vidas de milhares de pessoas da região. Na lógica das compensações ou reparações para adequar as pessoas e a natureza ao empreendimento e viabilizar sua construção, os atores locais não são vistos como dotados de autonomia e direitos, mas como um meio para garantir o “desenvolvimento” nacional (Guerra & Martins de Souza, 2018, p. 811-812).

Assim, como em toda a cidade, os impactos de Belo Monte atingiram às vidas cotidianas das famílias, incluindo crianças e adolescentes. Surgiram novos bairros, além dos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs) que foram criados para realocar moradores que foram retirados de seus lugares e moradia, geralmente em áreas periféricas alagadiças e que não ofereciam toda a infraestrutura necessária para receber as famílias advindas, muitas vezes de bairro distantes.

Até mesmo as identidades dos moradores da lagoa do bairro independente I, foram afetadas, pois muitos dos seus amigos ou parentes foram deslocados para os RUCs e alguns ainda permanecem, o que, muitas das vezes, provocou rupturas em processos de sociabilidade. As identidades culturais, como argumenta Hall (2006) são importantes para que os sujeitos possam visualizar um lugar para si na sociedade. Estes impactos sobre as identidades se multiplicam ainda mais quando atingem crianças e adolescentes que se encontram em processo de formação, este processo pode ser ainda mais dramático.

Miléo e Freitas (2016) analisam que Belo Monte trouxe impactos significativos sobre a vida escolar e no cotidiano como um todo das crianças dos diferentes bairros da cidade de Altamira, devido às transformações que provocou:

Neste cenário diversas questões foram surgindo, como a insuficiência do número de reassentamentos projetados inicialmente, a falta de água, precarização do transporte público, ausência de escolas nos novos bairros entre outros problemas já existentes nos bairros periféricos de Altamira, todavia, devidamente acentuados com o remanejamento das famílias para os novos bairros. Um projeto de infraestrutura do porte de Belo Monte, pautado na exploração de recursos hídricos e seu potencial capitalista disfarçado de desenvolvimento, negligência em diversos aspectos dos direitos da população atingida (OLIVEIRA 2012). Mas sobretudo, vem na esteira da modernidade, cujo pressuposto é tal superioridade civilizatória com prerrogativas eurocêntricas. Nesse sentido, as populações que não comungam desse mandato eurocêntrico são consideradas atrasadas (Miléo & Freitas, 2016, p. 280).

Miranda Neto (2014) considera preocupantes alguns atrasos, tanto no processo de requalificação urbana, quanto nos reassentamentos, pois a demora na resolução de problemas através de um processo de planejamento e implementação de equipamentos para viabilizarem um processo de transformação dos espaços, alguns impactos socioambientais poderiam ser agravados. Em sua análise:

Se as intervenções na área urbana de Altamira forem concretizadas de acordo com o projeto definido no PBA e nos Planos de Execução apresentados nos relatórios até 2014, será possível perceber impactos positivos para a população de Altamira em médio prazo. Contudo, a dinâmica atual de desocupações ainda é lenta e preocupa muitos moradores, fato que poderia ser evitado caso o tema do reassentamento fosse tomado com maior prioridade não apenas pela Norte Energia, mas pelo conjunto

institucional que dá viabilidade à obra. Como se pode perceber nos relatórios apresentados, os atrasos se deram, de um lado, pelas dificuldades no processo de regularização fundiária dos terrenos e, por outro, pela competição com o mercado imobiliário, atraído pelo aumento da demanda de terra urbana em decorrência da própria obra. Talvez com um estudo mais apropriado, seja possível observar, também, as dificuldades de integração institucional entre a Norte Energia e as instituições locais, como a Prefeitura Municipal de Altamira, para regularização das atividades necessárias ao reassentamento (Neto, 2014, p. 54).

Miranda Neto (2014) chama a atenção, portanto, para a necessidade de as diversas esferas institucionais relacionadas aos processos de requalificação implementados. As dificuldades de integração entre os órgãos envolvidos, poderiam gerar dificuldades de regularização e efetivação das ações, impactando as populações atingidas, como ocorreu no processo relativo ao bairro Independente I.

Herrera & Pragana (2013) problematizam que a construção da hidrelétrica ampliou os problemas socioambientais já existentes na região, sobretudo porque ocorreu o aumento da demanda que não foi acompanhado por investimentos em infraestrutura:

O crescimento econômico e populacional adjacente à falta de infraestrutura na cidade ocasionou a intensificação de problemas sociais (saúde, educação, segurança e moradia), por exemplo, as aglomerações em condições subnormais registradas no ano de 2010, o número de 2.026 domicílios nestas condições com uma população de 8.253 residentes (IBGE, 2010). Esses dados são fundamentais para exemplificar e apoiar a compreensão da desordem causada por dinâmicas capitalistas (Herrera; Pragana, 2013, p. 134).

Os problemas foram multiplicados, gerando sérias dificuldades, sobretudo em relação às populações mais vulneráveis, devido às condições socioeconômicas às quais se encontram expostas e que, por isso mesmo, careceriam de maiores investimentos e um planejamento prévio e consistente para prever os problemas decorridos do empreendimento e enfrentar tanto estes quanto às demandas já existentes.

Miranda Neto (2014) problematiza que Belo Monte, trouxe a necessidade da construção de reassentamentos urbanos coletivos de muitos moradores atingidos pelo empreendimento, o que provoca transformações permanentes nos espaços em que são instalados, passando pelas lógicas sociais e pelas mudanças provocadas.

Desta forma, compreender como os moradores da lagoa trabalharam e trabalha no enfrentamento aos diversos problemas sociais e ambientais decorrentes do processo de construção e implementação da Hidrelétrica Belo Monte nos leva a problematizar a infância, não como uma transição para a vida adulta, mas enquanto sujeitos de direitos.

A uma moradia digna, pois o reconhecimento assume assim um papel importante na vida dessas pessoas que foram morar na lagoa por algum motivo seja eles os terem mais baratos, próximo ao centro enfim por alguns motivos se encontram nessa região que é considerada imprópria para a moradia.

Deste modo, o espaço urbano de Altamira, ao longo de sua formação histórica, é produzido e reproduzido sob a égide do valor de troca, formato que se sobrepõe ao valor de uso social, quadro acirrado a cada nova demanda. A noção de produção do espaço, sob o ponto de vista de Santos (1978, 2007, 2009) e Lefebvre (2001), possibilita reconstruir o movimento do espaço geográfico através de sua materialidade histórica, um caminho que permite pensar o espaço como uma mercadoria, “posta na prateleira”, na totalidade da produção social capitalista (Carlos, 2008).

Nas cidades, esse valor de troca entra em conflito com os direitos sociais constituídos em lei, o que no caso brasileiro é assegurado principalmente pela Constituição Federal (CF) promulgada em 1988 e pelo Estatuto das Cidades, Lei 10.257, de 10 de julho de 2001.

Segundo a CF (1988), “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (EC no26/2000, EC no 64/2010 e EC no 90/2015), já o Estatuto das Cidades versa que “a política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes” (Estatuto das Cidades, 2008, p.10).

Porém, o que existe é a transformação desses direitos somente em discurso transformado, por vezes, em políticas públicas que, mesmo que contenham direcionamentos positivos para uma parcela da população, por ineficácia, não chegam a todos os lugares, marginalizando cidadãos do “direito à cidade”, o direito de transformar a cidade e de (re)produzir enquanto um espaço de reprodução social de seus diferentes moradores.

3.2 Contextualização da construção da Rodovia Transamazônica

A abordagem para a construção da Rodovia Transamazônica, é um instrumento para demonstrar como ao longo do tempo a Região de Integração do Xingu vem passando por mudanças drásticas ocasionadas pelos projetos e planos dos governos que não conhecem e nem se preocupam com as mazelas causadas a população local.

A BR-230, popularmente conhecida como a Rodovia Transamazônica, é uma das mais icônicas e controversas vias do Brasil. Com uma extensão total planejada de 5.660 km, dos quais 4.260 km foram efetivamente construídos, essa estrada atravessa a vasta floresta amazônica, ligando o país de leste a oeste. Sua construção, iniciada no final dos anos 1960 e estendida até a metade dos anos 1970, é um marco na história do Brasil, embora nunca tenha sido totalmente concluída.

A Transamazônica foi planejada como parte de um ambicioso projeto do governo militar para integrar melhor a região Norte do Brasil com o restante do país. A ideia era criar um corredor de transporte que facilitasse o desenvolvimento econômico e social de áreas até então isoladas, além de promover a ocupação da Amazônia, uma região considerada estratégica em termos geopolíticos.

A construção da rodovia começou oficialmente no final dos anos 1960, e a estrada foi inaugurada em 27 de agosto de 1972, com uma cerimônia grandiosa no meio da floresta amazônica, conduzida pelo então presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici. A inauguração foi um marco do regime militar, que via na Transamazônica uma solução para vários problemas do Brasil, como a seca no Nordeste e a necessidade de expansão agrária.

No entanto, a grandiosidade do projeto logo esbarrou na realidade do terreno e das condições climáticas. O plano inicial era que a estrada tivesse 8.000 km de extensão e ligasse o Brasil ao Peru e ao Equador, mas apenas parte desse plano foi concretizado. Atualmente, a rodovia possui 4.233 km que vão de Cabedelo, na Paraíba, até Lábrea, no Amazonas, sendo que cerca de 1.577 km ainda são de terra batida, o que torna a estrada praticamente intransitável durante a temporada de chuvas.

A Rodovia Transamazônica, foi idealizada pelo Programa de Integração Nacional (PIN) no auge da ditadura civil-militar, em 1970, e previa um grande plano de migração dirigida pelo Estado em direção às margens da nascente rodovia com vistas a, supostamente, resolver dois problemas que o país experimentava: a tensão social no Nordeste (que se agravava com a seca de 1970) e a efetiva integração da região Norte, vista como “espaço vazio”, à lógica do capitalismo brasileiro.

O Projeto Transamazônica pode ser considerado o de maior dimensão da ditadura civil-militar para a Amazônia. Sua execução exigiu a migração de milhares de homens e mulheres chamados a “construir o Brasil Grande” e, após o governo Médici, foi abandonado, deixando um rastro de destruição ambiental e problemas sociais que geram demandas até os dias atuais.

(BRAGA, 2019, p. 33). O projeto fazia parte do Plano de Integração Nacional (PNI), instituído pelo Decreto-lei número 1.106 em 16 de junho de 1970 (Brasil, 1970, p 31).

No entanto até os dias atuais a Transamazônica encontra-se inacabada. Segundo o IBGE (1979) a Transamazônica é a terceira maior rodovia brasileira, cortando sete Estados brasileiros: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas. (Marinho & Dias, 2017, P. 4). Conforme a figura 01.

Figura 01- Trajeto da Rodovia Transamazônica



Fonte: IBGE, Google Satélite, sirgas, 2000- organização: Baracho, 2020.

3.3 As curiosidades sobre a Rodovia Transamazônica

3.3.1 A terceira rodovia mais longa do Brasil

Com seus 4.233 km construídos, a Transamazônica é a terceira rodovia mais longa do Brasil, perdendo apenas para a BR-101 e a BR-116. Ela atravessa sete estados brasileiros: Paraíba, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas, conectando o litoral nordestino ao coração da Amazônia.

3.3.2 Impactos ambientais

A construção da Transamazônica teve um impacto ambiental significativo, resultando em desmatamento em larga escala, perda de biodiversidade e invasão de terras indígenas. Essas questões ainda são motivo de controvérsia e debate, especialmente no contexto atual de preservação ambiental e direitos dos povos indígenas.

3.3.3 O “Pau do Presidente”

Durante a inauguração da estrada, uma enorme castanheira foi derrubada e o tronco remanescente foi apelidado de “Pau do Presidente”. Esse tronco se tornou um símbolo da estrada e ainda pode ser encontrado em Altamira, no Pará.

Colonização e desenvolvimento

Um dos objetivos da Transamazônica era atrair colonos para a Amazônia, promovendo a ocupação da região com o slogan “terras sem homens para homens sem-terra”. No entanto, o projeto não alcançou o sucesso esperado, e muitos dos colonos enfrentaram dificuldades extremas, desde doenças como a malária até a falta de infraestrutura básica.

Desafios de manutenção

Mesmo décadas após sua inauguração, a Transamazônica ainda enfrenta sérios problemas de manutenção. Muitos trechos permanecem sem pavimentação, e as chuvas constantes na região amazônica fazem com que a estrada se torne intransitável em diversos pontos durante o ano, dificultando o transporte de mercadorias e o deslocamento de pessoas.

A rodovia e o garimpo

A Transamazônica também está ligada à história do garimpo na Amazônia. Durante os anos 1980 e 1990, a estrada serviu como rota para garimpeiros que buscavam ouro e outros minerais preciosos na floresta, o que contribuiu para a degradação ambiental e conflitos com comunidades indígenas.

3.3.4 A aventura do off-road na Transamazônica

A Transamazônica, com seus longos trechos de terra batida e condições extremas, tornou-se um destino desejado pelos entusiastas do off-road, que buscam aventura e desafios em meio à natureza selvagem. Pilotos de veículos 4×4, motociclistas e ciclistas off-road encontram na BR-230 um cenário perfeito para testar suas habilidades, explorar áreas remotas

e viver experiências únicas. Aqui estão alguns dos benefícios e atrativos do off-road na Transamazônica:

Conexão com a natureza

Percorrer a Transamazônica de forma off-road oferece uma oportunidade singular de se conectar com a exuberância da Amazônia. A viagem permite que os aventureiros contemplem paisagens intocadas, rios imponentes e uma fauna e flora ricas, que dificilmente seriam acessíveis por outros meios.

Desafios e superação

A estrada apresenta inúmeros desafios, como lamaçais, travessias de rios sem pontes e trechos íngremes. Para os praticantes de off-road, esses obstáculos representam oportunidades para superar limites, testar a resistência de seus veículos e fortalecer o espírito de equipe.

Exploração de culturas locais

O off-road na Transamazônica também proporciona o encontro com comunidades locais, incluindo povos indígenas e ribeirinhos, que vivem ao longo da rodovia. Essa interação enriquece a experiência dos viajantes, que têm a chance de conhecer tradições, costumes e modos de vida que resistem ao tempo.

Turismo de aventura

A Transamazônica está se consolidando como um destino de turismo de aventura, atraindo não só brasileiros, mas também estrangeiros que buscam uma experiência autêntica e desafiadora. Esse movimento tem potencial para contribuir com o desenvolvimento econômico local, por meio do incentivo ao ecoturismo e à preservação do meio ambiente.

A situação atual da Transamazônica

Hoje, a Transamazônica é uma mistura de trechos pavimentados e estradas de terra, com muitos desafios ainda por resolver. O governo brasileiro continua a investir em melhorias na rodovia, como a pavimentação de novos trechos e a construção de pontes mais seguras, mas os problemas estruturais e ambientais permanecem. Além disso, a estrada continua a ser usada como rota para atividades ilegais, como contrabando, o que agrava ainda mais a situação de insegurança em algumas áreas.

Apesar de todos os seus desafios, a Transamazônica continua a ser uma via crucial para a integração do Brasil, permitindo o escoamento da produção agrícola e o acesso a regiões remotas. No entanto, sua história complexa e os impactos sociais e ambientais que ela trouxe ainda geram debates e controvérsias que ecoam até os dias de hoje.

A Transamazônica é um símbolo dos desafios e das ambições do Brasil em relação à Amazônia. Sua história é marcada por grandes expectativas, desafios técnicos e impactos profundos no meio ambiente e nas comunidades locais. Conhecer a história da BR-230 é essencial para entender a infraestrutura do Brasil e as complexidades envolvidas no desenvolvimento de uma região tão vasta e rica em recursos naturais.²

3.4 Contextualização histórica da hidrelétrica de Belo Monte

De acordo com ISA (2010), conforme citado por Fleury & Almeida (2013, p.2-3), O projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte remonta inicialmente a 1975, com o início dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu. Nestes estudos, cujas conclusões foram publicadas pelo governo brasileiro no Plano 2010 - Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010, destacava-se que "pela sua dimensão, o aproveitamento do Rio Xingu se constituirá, possivelmente, no maior projeto nacional no final deste século e começo do próximo" (PNEE, 1986), indicando a então chamada Usina Kararaô - hoje denominada Belo Monte - como a melhor opção para iniciar a integração das usinas do Rio Xingu ao Sistema Interligado Brasileiro.

A partir de então uma série de controvérsias, conflitos, protestos, pareceres e laudos tomaram lugar, mantendo a construção da usina hidrelétrica Kararaô-Belo Monte como uma eminência constante, seja como catalisadora do desenvolvimento local e nacional, seja como um "fantasma" para aqueles que não a desejavam. Um importante marco no histórico do processo foi o Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado em Altamira, em fevereiro de 1989.

Organizado por lideranças indígenas, auxiliadas por entidades da sociedade civil, o encontro adquiriu imprevista notoriedade, contando com a maciça presença da mídia nacional e estrangeira, de movimentos ambientalistas e sociais. Segundo os dados do Instituto Socioambiental (ISA), participaram do evento cerca de 3.000 pessoas, entre elas 650 índios de diversas partes do país e do exterior; autoridades como o então diretor e posterior presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

² Transamazônica: História e curiosidades da BR-230, a estrada que atravessa o Brasil. 20 de abril de 2023. Disponível <https://maldicaodoponei.com.br/blog/transamazonica-conheca-a-historia-e-as-curiosidades-dessa-estrada.html>

e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o prefeito de Altamira, deputados federais; 300 ambientalistas; em torno de 150 jornalistas e celebridades como o cantor inglês Sting.

Iconicamente, durante a exposição de Muniz Lopes sobre a construção da usina Kararaô, a índia Kayapó Tuíra, levantou-se da plateia e encostou a lâmina de seu facão no rosto do diretor da estatal em um gesto de advertência, expressando sua indignação.

A cena foi reproduzida em jornais de diversos países e tornou-se histórica. Na ocasião, Muniz Lopes anunciou que, por significar uma agressão cultural aos índios, a usina Kararaô - nome que é um grito de guerra Kayapó - receberia outro nome e não seriam mais adotados termos indígenas em usinas hidrelétricas. A usina foi posteriormente rebatizada de Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O evento foi encerrado com o lançamento da Campanha Nacional em Defesa dos Povos e da Floresta Amazônica, exigindo a revisão dos projetos de desenvolvimento da região, a Declaração Indígena de Altamira uma mensagem de saudação do cantor Milton Nascimento. O encontro de Altamira é considerado um marco do socioambientalismo no Brasil.

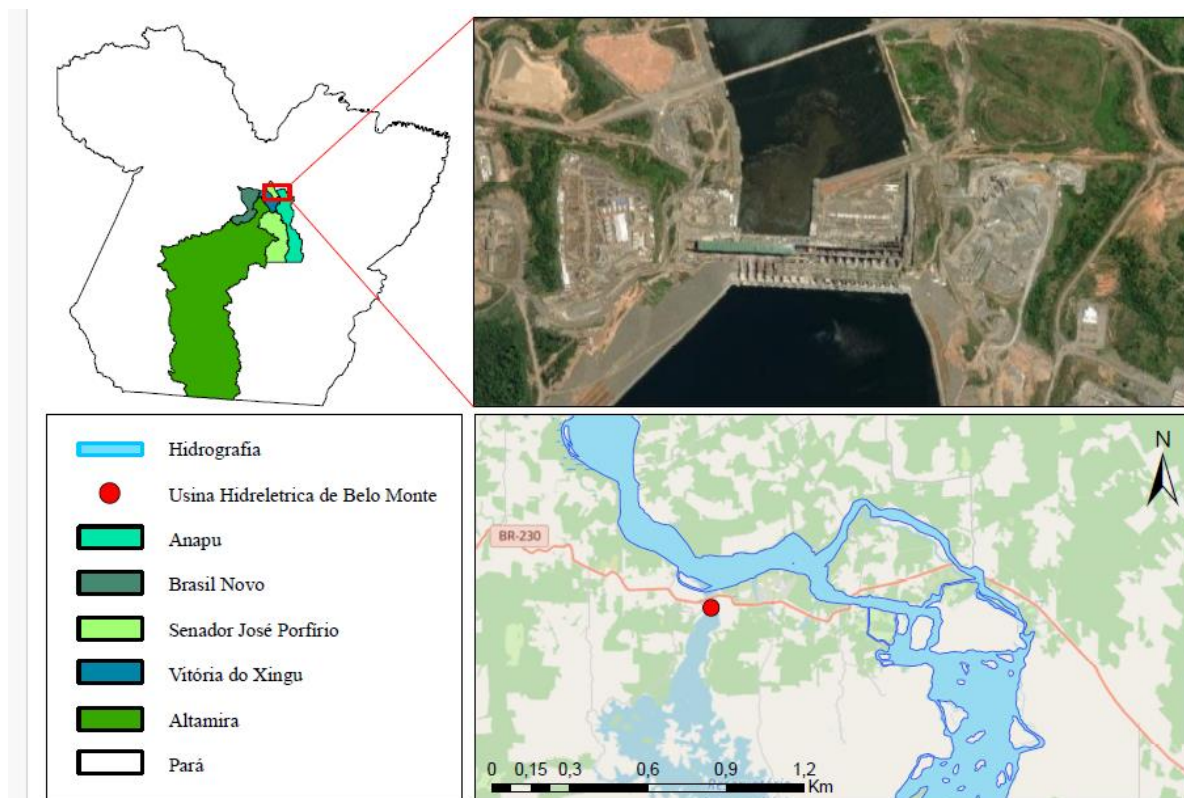
A Usina Hidrelétrica de Belo Monte, conta com dois reservatórios, o principal está localizado na própria calha do rio Xingu. Esse reservatório atinge os municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo. O segundo reservatório é o Intermediário, que está localizado entre os braços da Volta Grande, no município de Vitória do Xingu. Os dois reservatórios possuem área total de 478 km². A energia gerada pela UHE Belo Monte é destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) por meio de cinco linhas de transmissão. Essa energia é comercializada da seguinte forma: 70% no mercado regulado para 17 estados, 10% para autoprodutores e 20% para o mercado livre.

Na figura 02, apresenta a casa de força principal da hidrelétrica e os municípios que foram afetados antes, durante e após sua construção. Em agosto de 2010, o presidente da Neoenergia assinou o contrato de concessão para construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte. O empreendimento começou a ser construído em 2011, ficando pronto para entrar em operação em 2016.

No dia 5 de maio de 2016, a Norte Energia S.A., consórcio do qual a Neoenergia participa, inaugurou a Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte. Localizada no Rio Xingu, no Pará, sua capacidade instalada é de 11.233,1 MW, sendo reconhecida como a maior hidrelétrica 100% brasileira. Atualmente, a usina conta com todas as 24 unidades geradoras em atividade (Operação Comercial).

O empreendimento utiliza, em seu reservatório principal, uma tecnologia preservacionista conhecida como fio d'água, que atende aos mais rígidos princípios de sustentabilidade, respeitando e cuidando não só do meio ambiente, mas das comunidades locais. (Norte Energia).

Figura 02: Hidrelétrica de Belo Monte/PA



Fonte:

A Usina Hidrelétrica Belo Monte, instalada no rio Xingu, está localizada no município de Vitória do Xingu, Estado do Pará. Esta UHE é constituída por uma barragem principal no rio Xingu, duas casas de força (a principal e a complementar), dois reservatórios, o reservatório do Xingu e o reservatório intermediário (NORTE ENERGIA, 20. A sua área de influência direta desta UHE compreende os municípios paraenses de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu e Uruará (ELETROBRÁS, 2009)

A obra destruiu várias estruturas nas cidades de forma direta e indireta, afetando a vida de milhões de pessoas que perderam suas moradias, e entre eles estavam os moradores da Lagoa do Independente I que tiveram a vida total comprometida por diversas situações, entre alguns exemplos, afloração da água, proliferação de insetos, falta de saneamento básico entre outros.

CAPÍTULO II

4 A LAGOA DO INDEPENDENTE I – O DESLOCAMENTO DOS MORADORES

O Plano básico Ambiental (PBA) destaca que a área da lagoa, já na época de elaboração do PBA, possuía obras da prefeitura para instalação da infraestrutura urbana - como aterro, arruamento e postes de luz (Idem, p.45). Por meio das imagens de satélite veiculadas pela CE 305/2016-DS percebe-se que em 2009 já existia aterro que cruzava a lagoa, posteriormente pavimentado, o qual deu origem à rua “Acesso 03”. Os aterros, acessos e demais edificações públicas foram instaladas no local desde 2005, embora desde o Plano Diretor de 2003 a área fosse prevista como de “interesse paisagístico” e não destinada à habitação (Idem, p. 59).

4.1 Caracterização da Lagoa do Independente I

A área de estudo compreende uma parte bairro do Jardim Independente I, conhecida popularmente como lagoa, se constituindo de uma área de ocupação irregular localizada no município de Altamira-PA. A cidade de Altamira é polo regional de serviços, concentrando as demandas de vários municípios distribuídos pela BR 230, Rodovia Transamazônica. (DIAGNÓSTICO DA LAGOA DO JARDIM INDEPENDENTE I – ALTAMIRA, 2021, p.4)

O bairro Jardim Independente 1 está localizado a cerca de 2km do centro da cidade de Altamira. Uma parte do bairro está localizada sobre uma região alagada, em que casas de madeira foram construídas. Moradores do bairro informam que até o anúncio da construção de Belo Monte viviam cerca de 20 famílias na parte alagada do bairro. (LACERDA, P. 2019). Conforme a figura 03.

Figura 03: Moradia / Lagoa Independente I



Fonte: <https://mab.org.br/2017/08/29/conquista-norte-energia-vai-cadastrar-atingidos-por-belo-monte-do-independente-1/>

A área total da lagoa é dividida pela rua Acesso 3, formando então dois lagos que se comunicam por um tubo de drenagem instalado abaixo da via para escoar o excedente de água, a fim de não ensejar dano imediato à população. Na área 2, há uma tubulação que destina todo o efluente excedente para o rio Xingu, ou seja, todo o efluente gerado em ambas as partes da lagoa é canalizado diretamente para o rio Xingu. PAR. 02543.000005/2016-04 ESREG ALTAMIRA/PA/IBAMA, 2016, P.4. Desta forma, intensificou-se as ocupações em áreas alagadiças onde já havia casas de palafitas, como o caso da lagoa do bairro Jardim Independente I, pelo fato das pessoas não conseguirem manter o pagamento do aluguel, que além do aumento exorbitante, havia um exercício de outras pessoas atras, a procura era maior que a demanda naquele momento.

Embora com essas características, o local não era considerado parte da ADA de Belo Monte, devido à localização acima da cota 100. Como as áreas próximas os Igarapés Altamira, Ambé e Pannels estavam sob tutela da Norte Energia, as populações excluídas identificaram na lagoa do Independente I um canal aberto para a ocupação” (Neto; Alvarez, 2017, p. 4). A Figura 04 apresenta a localização da Lagoa do Independente I na cidade de Altamira. (Estronioli & Neto, 2021, p. 232)

Figura 04— Localização da Lagoa do Independente I



Fonte: (Estronioli & Neto, 2021). Elaborado com base no Google Earth e em localizações obtidas em atividade de campo, 2020.

As imagens de satélite obtidas pelo Google Earth mostram momentos do processo de ocupação da área da lagoa do Independente I. Em 2005, havia ainda poucas casas no local, que aparece com cobertura vegetal. Cortando a lagoa, já é possível ver o traçado inicial do que seria a Rua Acesso 3. Implantada pela prefeitura, a via também contribuiu para a ocupação do local (IBAMA, 2018).

No ano de 2014, quando a construção da hidrelétrica chega ao auge, é visível o aumento no número de edificações e a diminuição da cobertura vegetal, aumentando a construção de aterros nas laterais da lagoa, sobre os quais foram construídas casas majoritariamente de alvenaria. Naquele período, a Norte Energia iniciava a remoção dos moradores da ADA Urbana. No ano de 2017, tem-se o momento de maior adensamento da ocupação da lagoa. (Estronioli & Neto, 2021, p. 233).

A última imagem da Figura 05, referente ao mês de julho de 2019, já apresenta efeitos da remoção das edificações da localidade, com ocupação menos densa se comparada a agosto de 2017, inclusive com a retomada da vegetação na área.

Figura 05 – Lagoa do Independente I em diferentes momentos



Fonte: (Estronioli & Neto, 2021). Elaborado com base no Google Earth e em localizações obtidas em atividade de campo, 2020.

Segundo Estronioli & Neto, 2021, p.234, a correlação entre o fenômeno do aumento no preço dos aluguéis e a ocupação da lagoa do Independente I foi indicada por meio de um levantamento socioeconômico que o Ibama obrigou a Norte Energia a realizar, em uma conjuntura na qual os moradores empreendiam um processo de mobilizações pelo reconhecimento como atingidos pela hidrelétrica, organizados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Em parecer, o Ibama afirma:

[...] a intensificação da ocupação da área da lagoa, observada a partir de 2010, guarda relação direta com a implantação da UHE Belo Monte. O cadastro mostra que o principal motivo para a ocupação daquele local a partir de 2010 foi o aumento da especulação imobiliária (impacto previsto no Estudo de Impacto Ambiental da UHE Belo Monte). (IBAMA, 2018, p. 18)

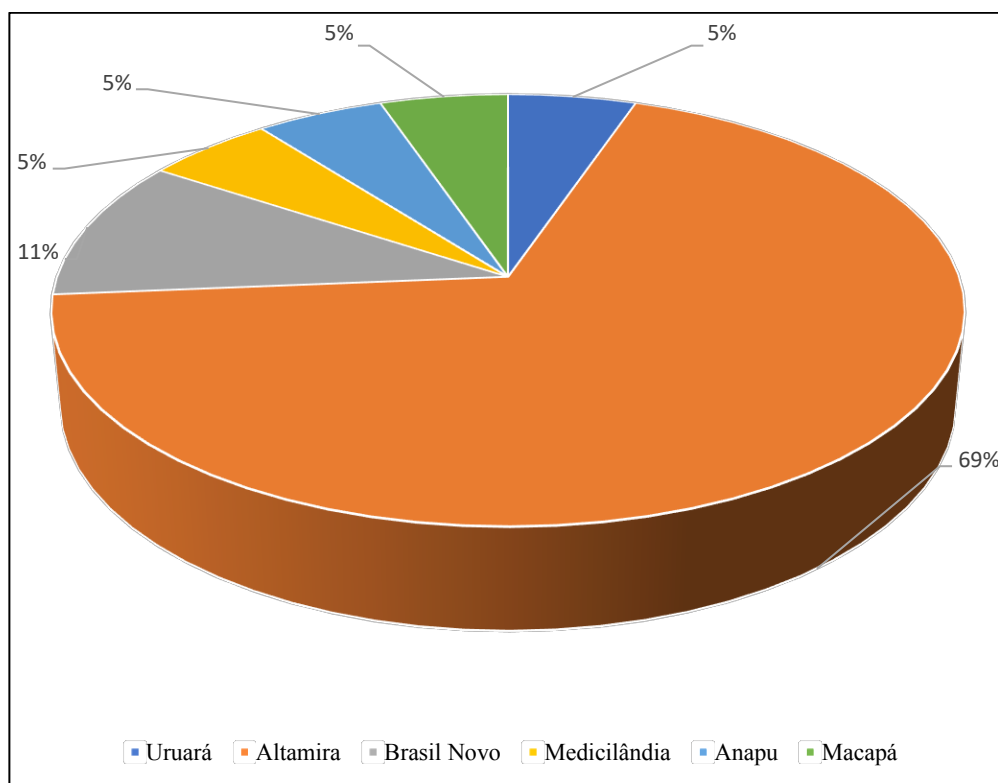
As famílias da Lagoa do Independente I foram reconhecidas como atingidas por Belo Monte por um critério diferente do utilizado anteriormente, sem relação com a ADA, mas com

relação direta com o aumento no custo da habitação em Altamira, ligado ao processo de segregação socioespacial provocado no contexto de implantação da hidrelétrica.

A realocação dessas famílias, que ocorreu mediante indenização ou reassentamento, foi fruto de um intenso processo de lutas organizado pelo MAB, cujo desfecho exigiu negociação e divisão de responsabilidades entre a empresa e a prefeitura municipal. Até julho de 2019, quando a empresa considerou encerrada a remoção dos moradores, haviam sido contabilizadas 595 famílias removidas da localidade. (Estronioli & Neto, 2021, p. 235)

Essas famílias que viveram o processo de indenização, vieram de vários lugares do território brasileiro como poder ser observado no gráfico 01.

Gráfico 01: Morava antes de vir para Lagoa



Fonte: Pesquisa de campo, 2024 – organização Pereira.

Os motivos para essas pessoas comprarem ou alugarem uma casa no espaço da lagoa foram diversos, como faço a exposição no texto. Quando saíram dos municípios onde moravam e mudaram para Altamira, principalmente no período da construção da hidrelétrica, pois vinham em busca de emprego e melhores condições de Vida. Não previam as dificuldades que encontrariam com a questão de moradia. Diante disso, reporto a fala dos entrevistados durante a pesquisa de campo, em 2024:

Quando cheguei na cidade em busca de trabalho, foi morar na lagoa porque as minhas condições financeiras eram precárias.

O preço do aluguel era exageradamente caro, sem condição de manter um, ainda estava em busca de emprego, então foi acolhida numa casinha perto da lagoa. (entrevistada A)

Ir para uma área de evasão, era a única opção quando cheguei na cidade desempregado.

Pela falta de um lugar para morar com minha família, não restou escolha, foi morar numa casa próxima da lagoa.

Vir morar na lagoa, porque morava de aluguel, e com a chegada de muita gente e a procura por casa, meu aluguel saiu de duzentos reais para mil e quinhentos reais, fique sem condições de manter.

Para os moradores da cidade de Altamira a situação para aqueles que moravam de aluguel e ganhavam um salário mínimo, também ficou bastante complicado, tiveram que ir atrás de um lugar para morar e para não virar morador de rua, tiveram que vir para a lagoa.

*Mudei para a lagoa pelo preço do aluguel e por ser perto de todos os serviços básicos.
Os alugueis ficaram muito caro, não dava mais para pagar.*

*Era o único lugar que a minha família conseguia pagar o aluguel.
Eu ainda agradecia, morava de favor em uma casa cedida.*

Os entrevistados esboçaram as opiniões relacionados a moradia naquele espaço que viveram como sendo a única opção que lhe restaram:

*Não era um lugar apropriado para viver, muito violento, tinha vários tiros, mas não tinha opção, tinha que continuar morando lá.
Era desumano, muito lixo, violento, trafico, gente sem piedade dos outros.*

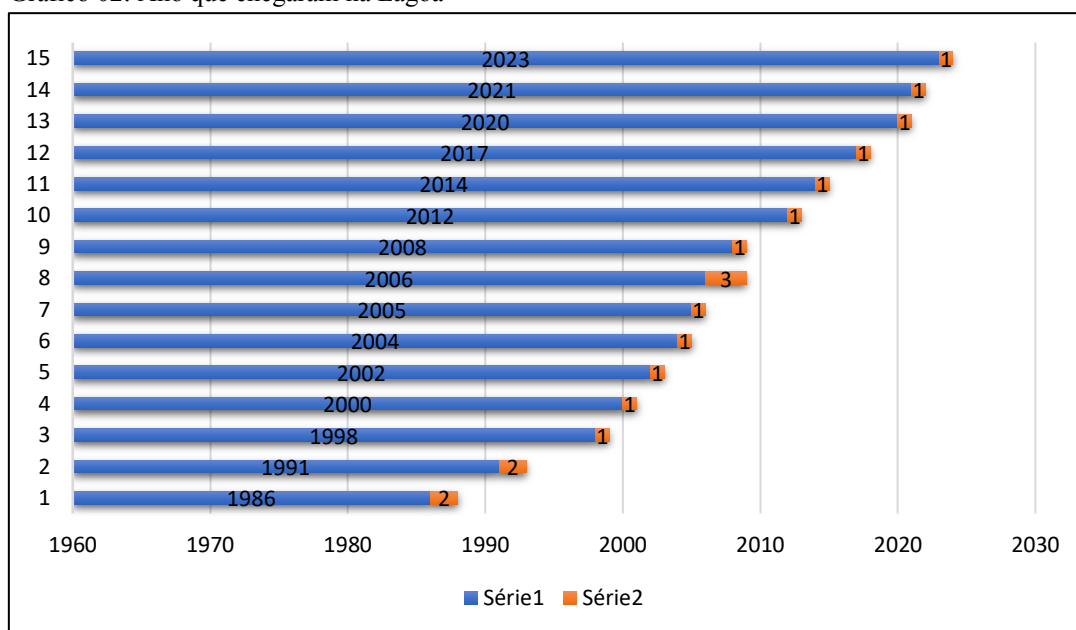
*Não tinha saneamento básico, nem água tratada.
Dividia minha moradia com ratos, sapo, barata, cobras e escorpiões.
(entrevistado D)*

Diante do exposto pelos entrevistados fica marcado a desigualdade social desses moradores, deixando a margem da exclusão, sem acesso a uma habitação digna, sendo segregados dentro de um espaço urbano em decorrência do capitalismo contemporâneo.

David Harvey (2008, p.31) afirma que a “[...]”qualidade da vida urbana se tornou um produto a ser consumido, assim como a cidade”. Os direitos dos moradores foram transformados com o processo globalizante para a construção de um mega objeto para pautar a economia energética do território brasileiro.

Ao longo da história de construção da cidade de Altamira, o espaço urbano foi tornando-se uma mercadoria, no princípio de forma lenta, mas com a instalação do aporte para construção da hidrelétrica naquela época, o cenário passou por drásticas alterações. O gráfico 02, apresenta o processo de ocupação ao longo do tempo.

Gráfico 02: Ano que chegaram na Lagoa



Fonte: Pesquisa de campo, 2024 – organização Pereira.

Os moradores da Lagoa desde do início, eram pessoas com condições financeiras precárias, que sofriam com a perversidade do capitalismo, com a segregação produzida nos espaços urbanos. O relato dos entrevistados destaca essa questão:

Na época que comprei o terreno próximo da lagoa, em 1986, a área era preservada e não alagava as casas, não tinha invasão. Os terrenos eram mais baratos com parcelas que eu podia pagar. Os terrenos com preço acessível e não ficavam dentro da lagoa, era no entorno, ainda distante. Comprei porque podia pagar e ficava próximo do centro da cidade, vir em 1991, quase não tinha casas ainda, não era invasão, era loteamento do entorno. (Entrevistados, pesquisa de campo, 2024).

O grupo de indivíduos entrevistados, são excluídos da lógica capitalista, mas são responsáveis para gerar renda dentro de um sistema que segrega as pessoas qualificando como aqueles com menos condições financeiras para poder adquirir seus bens em outras áreas mais valorizadas.

4.1.1 As etapas do deslocamento dos moradores da Lagoa do Independente I

O deslocamento é uma forma de deslocar pessoas de um espaço para outro, seja por vontade do indivíduo ou por situação forçada pela chegada de um grande objeto no espaço geográfico, no caso do estudado em questão, remete a construção da UHE Belo Monte. Para que fosse efetivado o deslocamento, houve um longo processo de negociação, conforme o quadro 01.

Em 5 de dezembro de 2016, o Ibama expediu determinação para que a Norte Energia realizasse um cadastramento socioeconômico dos moradores para identificar a temporalidade do afluxo populacional para a região da lagoa do Independente 1 (...) contendo no mínimo as seguintes informações: identificação dos ocupantes, tempo de residência no local, origem dos ocupantes, motivos que levaram a residir na área e descrição da moradia (palafita ou outros). O cadastramento deveria ser feito entre 20 e 60 dias. (Norte Energia, 2018, p. 04)

Quadro 01: Histórico sobre o cadastramento do bairro Jardim Independente I

DATA	AÇÃO
5/12/2016	Ofício 02001. 013361/2016-15 DILIC/IBAMA, o Ibama solicita à Norte Energia que proceda a complementação do cadastro realizado pela Prefeitura Municipal de Altamira e CSE da Norte Energia na lagoa do bairro Jardim Independente I.
16/12/2016	Norte Energia protocola a CE 0594/2016 -DS, trata-se de recurso administrativo para que não realize o referido cadastramento.
24/01/2017	por meio do Ofício 02001.000616/2017-52, GABINETE DA PRESIDENCIA/IBAMA, o presidente do IBAMA nega o pedido de recurso administrativo da Norte Energia. Em decorrência da negativa do IBAMA, a Norte Energia, entra com propositura de Ação Declaratória nº 491-74.2017.4.01.3903 perante a Justiça Federal de Altamira.
09/02/2017	por meio do Ofício nº 02543.000017/2017-10 ESREG-ALTAMIRA-PAP/IBAMA, o Ibama solicita informações acerca das ações desenvolvidas pela NESSA para atendimento do disposto no ofício da presidência do Ibama com a negativa do recurso.
17/03/2017	O Movimento dos Atingidos por Barragem protocolou no Ibama o Ofício nº 13/2017 no qual informa que os moradores não concordam em trocar o direito de serem reconhecidos como atingidos por Belo Montebem troca do programa habitacional “Minha casa, Minha Vida”.
10/04/2017	A DILIC encaminha à Dipro MEM, 02001.004073/2017-42 DILIC/IBAMA no qual solicita avaliação de medidas administrativas cabíveis pelo descumprimento das determinações constantes nos ofícios 02001.01336/2016-15 DILIC/IBAMA e 02001.000616/2017-52 GABINETE DA PRESIDENCIA/IBAMA.
20/04/2017	A Norte Energia é autuada através do AI-9128368E por deixar de apresentar informações ambientais do cadastramento da ocupação da área alagadiça do bairro Jd. Independente I, solicitadas pelo IBAMA, através do Ofício 02001.013361/2016-15 DILIC/IBAMA, no prazo exigido.
14/08/2017	A NESSA por meio da CE 070/2017- PR informa ao IBAMA que iniciará as atividades para efetuar o cadastramento, destacando que não desistirá da ação judicial. No início e meados de setembro foram realizadas reuniões com representantes da associação de moradores locais, MAB, MPF, DPU, IBAMA E Casa Civil para definição dos questionários a serem aplicados e delimitação da área a ser cadastrada. Realização do cadastramento ocorrido entre as datas de 26 de setembro a 09 de dezembro de 2017.
10/01/2018	A Norte Energia encaminha ao IBAMA, por meio da CE004/2018-PR, o material produzido pelo cadastro da população da lagoa do bairro Jardim Independente I.

Fonte: Parecer Técnico nº 02001.001848-COVID/CGTEF/DILIC-IBAMA-NORTE ENERGIA. Organização: Pereira, 2023.

O cadastramento, as atividades foram realizadas em etapas, iniciando-se com reuniões da Norte Energia junto aos interessados (Associação dos Moradores do Bairro Jardim Independente (AMBAJ), Defensoria Pública da União (DPU), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Ministério público Federal (MPF), Casa de Governo de Altamira e IBAMA - Escritório Regional de Altamira), para organização do trabalho, apresentação do cronograma de atividades, delimitação da área de estudo e discussão do conteúdo das fichas de levantamento de campo. (Norte Energia, 2018, p. 04).

O resultado do cadastro, foram registradas 968 famílias, que residiam em 548 imóveis, sendo 293 sobre as palafitas e 255 estavam em terra firme. A ocupação da área por palafitas iniciou-se em 2001,

e, em todos os anos subsequentes, houve a implantação de palafita na área da lagoa, conforme a figura 06. (Norte Energia, 2018, P.04).

Figura 06: Instalação de Palafitas por ano

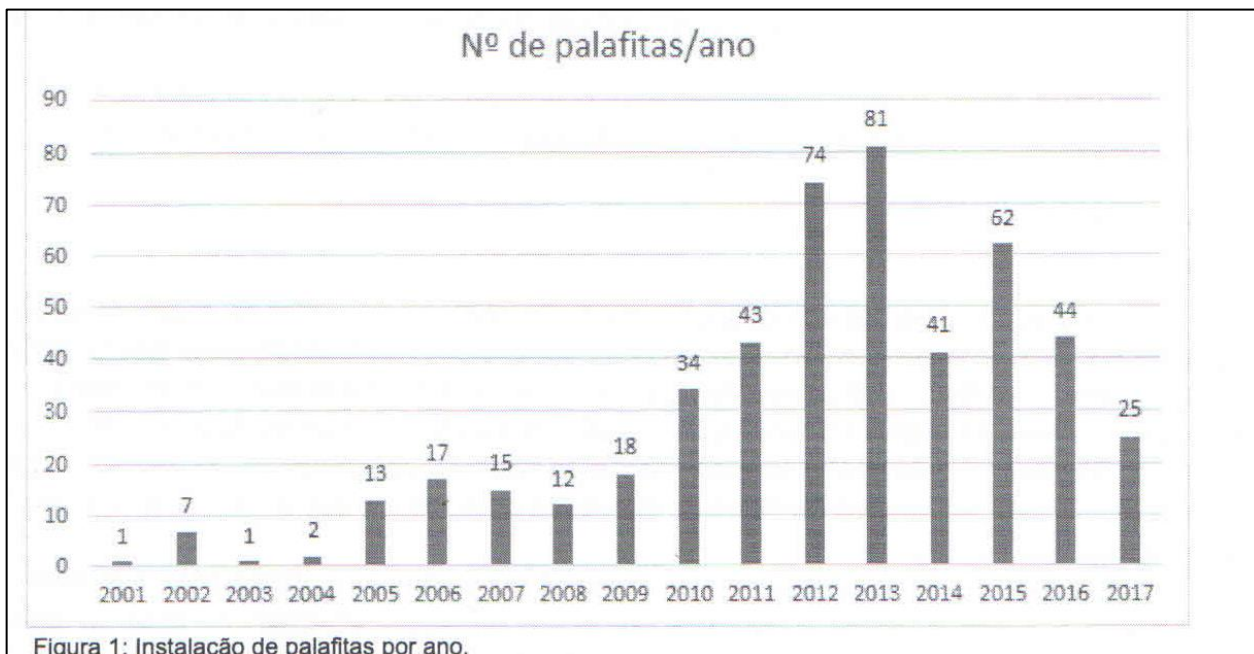


Figura 1: Instalação de palafitas por ano.

Fonte: Norte Energia, 2018

Quanto ao uso do imóvel pela população cadastrada, os dados indicaram que 579 cadastrados são proprietários; 203 inquilinos; 120 agregados e 66 residiam em imóvel cedido.

Em julho de 2019, após quatro anos de ações de movimentos sociais e de decisões de órgãos públicos que apontaram a responsabilidade da empresa Norte Energia na piora das condições de vida dos moradores da parte alagada do Jardim Independente I, 496 famílias consideradas atingidas foram reassentadas. (Norte Energia, 2018, p. 04).

O registro do processo de deslocamento foi acompanhado através de trabalho de conclusão de curso de graduação e mestrado da Faculdade de Geografia/Campus Altamira-PA. As pesquisas desenvolvidas foram as seguintes:

O artigo A USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE E O DIREITO À CIDADE NA AMAZÔNIA: O CASO DA LAGOA DO INDEPENDENTE I EM ALTAMIRA, PARÁ (BRASIL), dos autores Medeiros, C.; Herrera, J. (2020), publicado na revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT). Os autores apresentaram dados de pesquisa que culmina com o primeiro processo de deslocamento dos moradores da Lagoa do Independente I, assim

classificados pela Norte Energia, empresa responsável pela Hidrelétrica, como os imóveis sobre as palafitas que totalizavam 293.

A dissertação UHE BELO MONTE E AS CONCEPÇÕES ESPACIAIS DO CONCEITO DE ATINGIDO POR BARRAGEM: Uma análise a partir da Lagoa do Independente I em Altamira-PA, (2021). A autora ELISA MERGULHÃO ESTRONIOLI e o orientador José Queiroz de Miranda Neto do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, apresenta o resultado de pesquisa que culminou com o segundo processo de Deslocamento, fazendo referência aos imóveis que estavam em terra firme, totalizavam 255 que receberam influência no período de maior índice pluviométrico. O processo de reconhecimento das famílias foi concluído no decorrer da execução da pesquisa, todos os grupos que foram afetados já estão em outra residência.

Desta forma a pesquisa irá apresentar esse desdobramento do deslocamento, relocação e indenização destas famílias que residiam no entorno da lagoa, como é apresentado na situação do Termo de Compromisso de acordo com a figura 07.

Figura 07: Termo de compromisso

Tabela 1 – Situação do Termo de Compromisso

	Imóveis	Famílias
Palafitas	296	496
Terra Firme	56	102
Fora do TC Lagoa	190	-
Total	542	598

Fonte: <https://www.brasilefato.com.br/2018/10/17/remocao-de-familias-atingidas-por-belo-monte-esta-mais-proxima>.

A demora para assinatura do termo de compromisso ocorreu porque a Norte Energia e a Prefeitura não chegavam a um acordo. Foram cadastradas 968 famílias na área alagadiça (palafitas) e entorno (aterro). Cerca de 600 são elegíveis a serem removidas e receberem indenização em dinheiro ou uma casa em um dos Reassentamento Urbanos Coletivos (RUCs) da cidade de Altamira. As famílias que permanecerem no local deverão ter suas casas ligadas à rede de esgoto, ou seja, só devem permanecer as casas nas partes mais altas. A área da lagoa deverá ser revitalizada após a remoção das famílias.

4.4 O processo de deslocamento dos moradores do entorno da lagoa

O Comitê Temático Especializado de acompanhamento, planejamento e adoção de ações estratégicas com as comunidades vulneráveis na cidade de Altamira (PA) e demais municípios atendidos pela unidade da Defensoria Pública da União (DPU) naquela localidade (Comitê Altamira) convoca Audiência Pública, (Figura 08), via plataforma digital, destinada ao levantamento de informações acerca dos imóveis localizados no entorno da lagoa do bairro Jardim Independente I (Altamira/PA). A audiência estará disponível no seguinte link: [Audiência Pública – Independente I \(Altamira/PA\)](#).

Figura 08: Convite – Audiência Pública

Tema: Audiência Pública para levantamento de informações acerca dos imóveis localizados no entorno da lagoa do bairro Jardim Independente I (Altamira/PA)

Data: 20 de maio de 2021

Horário: 14h

Fonte: <https://direitoshumanos.dpu.def.br/audiencia-publica-sobre-o-entorno-da-lagoa-do-bairro-jardim-independente-i/>

O Link disponível para acesso e participação na audiência pública: Audiência Pública – Independente I (Altamira/PA). Acesse o edital. Leia mais DPU pede realocação de famílias atingidas por alagamentos em Altamira (PA). As famílias se reuniram para acompanhar a reunião de forma virtual, como segue a figura 09.

Figura 09: Reunião com as famílias atingidas



Fonte: <https://mab.org.br/2021/05/20/mab-participa-de-audiencia-promovida-pela-dpu-sobre-impactos-as-familias-da-lagoa-do-independente-1-em-altamira-pa/>

O objetivo da audiência pública é subsidiar a atuação da DPU a respeito da realocação integral das famílias dos imóveis cadastrados na área do entorno da lagoa do Jardim Independente I, por meio da coleta de informações atualizadas a respeito das violações de direitos humanos suportadas pelas pessoas que moram no bairro Jardim Independente I.

De acordo com o edital da audiência pública que pode ser consultado, foram emitidos pareceres técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em diferentes oportunidades, atribuindo à Norte Energia S.A. e à Prefeitura Municipal de Altamira a responsabilidade pelo afluxo populacional e ocupação desordenada da região da lagoa do bairro Jardim Independente I. Situações que trouxeram degradação ambiental à área e a transformaram em um ambiente insalubre para a população. Por meio de um dos pareceres, inclusive, o Ibama recomendou à Norte Energia a relocação das famílias moradoras das palafitas e de imóveis que não sejam possíveis de se ligar na rede de saneamento por gravidade.

Apesar de um Termo de Compromisso (TC) assinado em 2018 pela Norte Energia S.A. e pelo Município de Altamira com o objeto de regular, estabelecer e consolidar as obrigações atinentes aos partícipes, no que se refere à relocação da população residente na área da lagoa no bairro Jardim Independente I, apontada como afetada e ao recebimento, pelo Município de Altamira, de estruturas públicas (ativos) implantadas pela Norte Energia por força do licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, 173 imóveis não foram incluídos no TC.

Ao visitar 194 imóveis no polígono da lagoa do bairro Jardim Independente I em dezembro de 2019, a Norte Energia verificou a existência de 88 residências passíveis de atendimento de ligação à rede de esgoto por gravidade, 79 imóveis não passíveis de atendimento e 18 imóveis com ligação domiciliar executada, porém com possibilidade de retorno de efluentes para as residências, sem, contudo, realocar as famílias desses 97 imóveis sem rede de saneamento adequada.

A audiência pública foi presidida pelo Comitê Altamira, que coordenou os trabalhos e compôs a Mesa Diretora. Foram convocados para o referido ato: a concessionária Norte Energia S.A.; o Município de Altamira/PA e a Diretoria de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (DILIC/IBAMA).³No quadro 02, está listado os convidados.

³ <https://direitoshumanos.dpu.def.br/audiencia-publica-sobre-o-entorno-da-lagoa-do-bairro-jardim-independente-i/>

Quadro 02: Participante da audiência

IBAMA
Prefeitura de Altamira
MPF
MPE
FUNAI
Câmara Municipal de Altamira
MAB
Associação de Moradores (AMBAJI)
Associação Indígena Inkuri

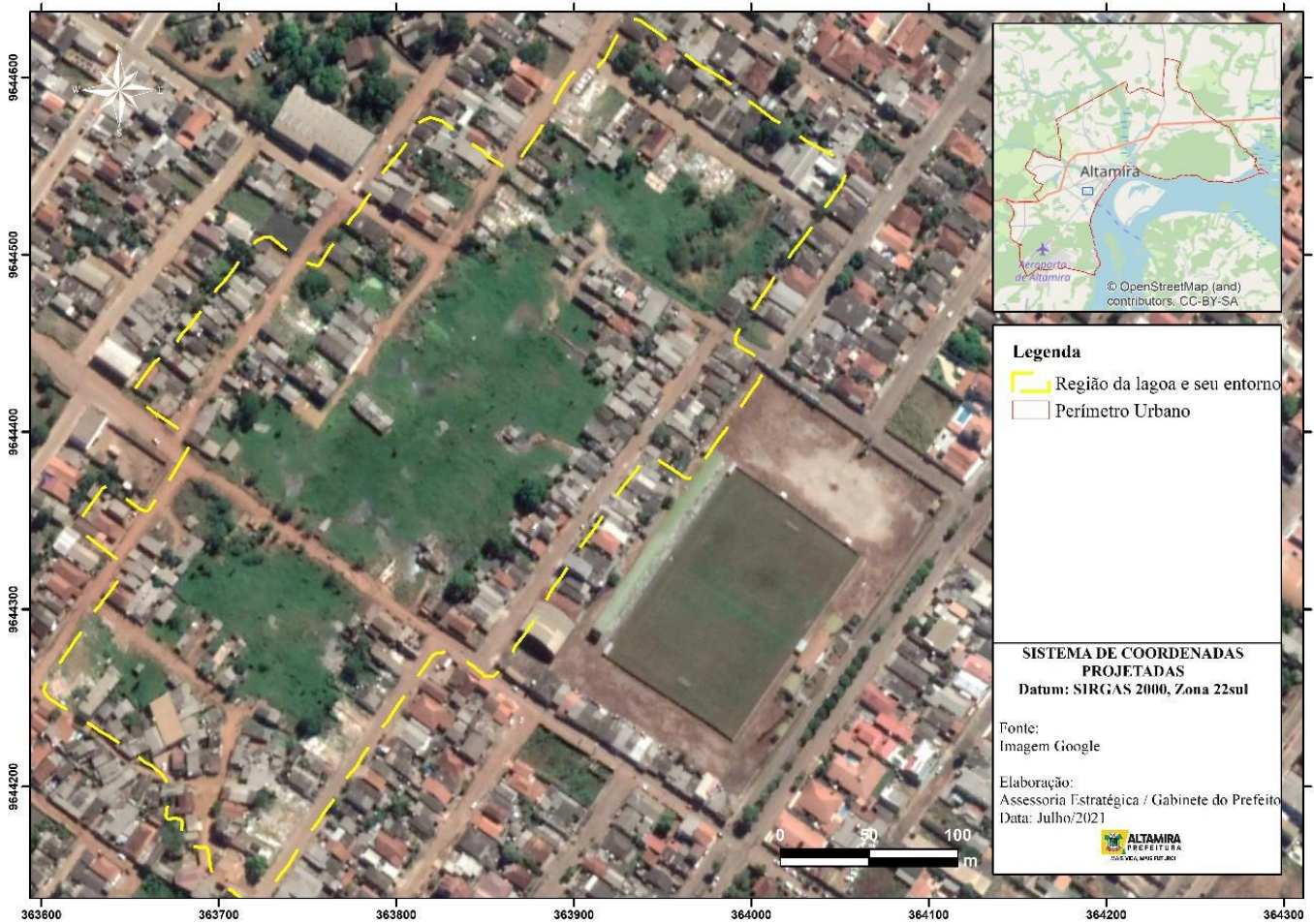
Fonte: <https://mab.org.br/2021/05/20/mab-participa-de-audiencia-promovida-pela-dpu-sobre-impactos-as-familias-da-lagoa-do-independente-1-em-altamira-pa/>. Organizado pelo autor.

A Norte Energia foi convidada para audiência, mas não participou, alegando que já mantinha um diálogo do assunto como IBAMA. O MAB questiona a ausência da empresa e reafirma a falta de compromisso da empresa com os impactos causados à comunidade do Independente¹. Os moradores organizados juntamente com o MAB conseguiram que a Norte Energia retirasse 598 famílias que vivem no local.

No entanto, ainda restavam 195 imóveis cadastrados que a Norte Energia se recusava a remover e indenizar seus moradores. Destes, ao menos 97 imóveis precisavam ser imediatamente removidos, pois não podem receber o sistema de saneamento e estão sujeitos a alagamentos constante. O MAB reafirmou que a condicionante 2.11 da Licença de Operação, e dois pareceres técnicos do IBAMA (parecer nº 23/2018 e parecer nº 29/2020) confirmam a obrigação da Norte Energia em retirar imediatamente estes 97 imóveis e garantir os direitos de seus moradores.

Na figura 10, um panorama de como está a área da lagoa, que não apresenta nenhuma condição para a conexão com a rede de esgoto, causado pela falta de gravidade em relação a rua para a efetividade do saneamento básico.

Figura 10: Localização da Lagoa do bairro Jardim Independente I



Fonte: Assessoria Estratégica do Gabinete da Prefeitura de Altamira.

As famílias moradoras dos imóveis em que não fosse possível a interligação ao sistema de saneamento por gravidade que moravam no entrono da lagoa foram todas removidas.

No Parecer Técnico nº 29/2020-COVID/CGTEF/DILIC, impondo à Norte Energia a apresentação de cronograma executivo para realocação das famílias dos imóveis cadastrados na área do entorno da lagoa do Jardim Independente I que, por razões técnicas, não sejam possíveis de serem ligados a rede de saneamento (79 imóveis), bem como dos imóveis que apresentam possibilidade de retorno de efluentes para as residências (18 imóveis), totalizando, assim, 97 imóveis. As moradias não tinham saneamento básico.

CAPÍTULO III

5 OS RELATOS SOBRE O DESLOCAMENTO DOS MORADORES DO ENTORNO DA LAGOA DO INDEPENDENTE I

A transferência das famílias que moravam no entorno da lagoa do Independente 1 no seu processo de desapropriação deveria ter sido para todas que foram reconhecidas como afetadas pelo levantamento da implantação do saneamento básico nesta área. Mas com o decorrer da retirada dessas famílias algumas ficaram sem ser contempladas, ou seja, removidas do seu lugar de moradia já comprometido pela insalubridade causada pela existência do saneamento e pela falta de estrutura do próprio local. O acompanhamento durante a pesquisa se verificou as seguintes situações com suas histórias e adversidades.

5.1 Os moradores que persistem em continuar

Na figura 11, uma vila com quatro quartos, o dono declarou que esta casa foi construída no início do ano de 2014, e que na época do alagamento em 11/11/ 2014, o antigo dono sofreu bastante e sem apoio, ele resolveu vender, então em 06/07/2015, me tornei proprietário, sendo assim na época do cadastro em 2017, já me pertencia essa casa, e a Norte Energia não levou em consideração o valor real da casa no cadastro, são quatro e eles avaliaram como uma, então não aceitei, e já fiz uma reclamação na DPU e estou aguardando.

Figura 11: Casa dentro da lagoa/ aguardando ser indenizada



Fonte: Pesquisa de campo, Pereira, 2023

O dono da residência seu Edimar Luiz Santana, relatou que: “Me sinto injustiçado pela forma como fizeram o processo de cadastro, tanto o socioeconômico, como o físico patrimonial, pois alegam que não tem o que ser indenizado, mas alugo as kitnets que tem três cômodos, me ajuda na minha renda.”

A moradora dessa residência permaneceu no local até receber o veredito da justiça que seu prazo para permanecer naquele lugar havia terminado e deveria sair com o auxílio do caminhão de mudança da prefeitura. A moradora fala da situação como adquiriu a moradia para o pesquisador, e que vai ser removida sem indenização. A moradora declarou:

Comprei essa casa de uma mulher, mas não passou nada para meu nome, porque teve que fugir das facções e assim fiquei aqui esperando ver se ela voltava para me passar a papelada. Neste meio tempo, aconteceu toda essa situação e eu vou sair com a mão na frente e outra atrás, sem nada, vou ter que ir embora, porque a família dela ainda está me perseguindo. (Entrevistada E, 2023)

Na figura 12, a casa mencionada pela moradora, dar para perceber os impactos sociais que envolve todos os moradores que vivem na área alagada que envolve todos que vivem em situações de vulnerabilidade.

Figura 12: Residência para ser desapropriada.



Fonte: Pesquisa de campo, Pereira, 2023

Essas casas que foram construídas próximo ou dentro da lagoa e foram diretamente afetadas com o enchimento do reservatório, sendo que antes já havia a instabilidade no tempo do período chuvoso da região.

Essa outra moradia da figura 13, constitui mais um cenário de deslocamento de uma família que ocupou a residência após a retirada da primeira família que vivia na casa e foi indenizada, preiteando uma indenização se apossaram do imóvel, mas que tiveram que sair por ordem judicial.

Figura 13: Casa que foi demolida



Fonte: Pesquisa de Campo, Pereira, 2023

Os grandes projetos sempre aumentaram os conflitos nos territórios, e por meios legais, na forma de declaração de utilidade pública, sendo aplicada no território onde a obra foi realizada, caracterizando como violação dos direitos humanos, o direito a uma moradia digna para a população. O entrevistado relata: *“Eu sabia que a família que morava aqui já tinha sido indenizada, então aproveitei e mudei para cá, estou sem casa, sai do presídio faz pouco tempo, quem sabe conseguiria alguma forma de indenização da prefeitura ou da Norte Energia”*. (Entrevistado F, 2023).

O morador expõe a motivação continuar morando na casa abandonada, sem lugar para morar, pensando na compensação que poderia ter mesmo de forma não legal, estava disposto a permanecer na residência.

Na figura 14, a situação é que o proprietário da casa faleceu, e nela mora ou morava cinco famílias, o dono e os filhos e na hora do cadastro nem todos foram registrados como beneficiário de uma indenização. Como o pai faleceu antes de que tudo fosse resolvido, os filhos resolveram não aceitar a forma como seria pago.

Figura 14: Residências em negociação



Fonte: Pesquisa de campo, Pereira, 2023

No site de notícias <https://www.confirmanoticia.com.br/noticia/25117/justica-ordena-desocupacao-e-demolicao-de-quatro-imoveis-na-area-da-lagoa-em-altamira>, na reportagem denominada, Justiça ordena desocupação e demolição de 4 imóveis em Altamira no Pará | SBT Altamira, finaliza a situação dos imóveis que ainda restavam no entorno da Lagoa do Independente 1.

Os móveis na rua, moradores tentando negociar e as equipes da prefeitura de Altamira, realizando a limpeza das áreas. Esse era o cenário na área da lagoa, no bairro Jardim Independente I, na manhã do dia 19/12/2023. Foram alvos de uma ação de desocupação, quatro imóveis que ainda se mantinham na área da lagoa mesmo após a desmobilização do local, foram, com ordem judicial, desocupados e derrubados. Como mostra a figura 15.

Figura 15: imóveis demolidos



Fonte: Pesquisa de campo, Pereira, 2023

Dos quatro imóveis, dois estavam desocupados, mas os proprietários tentavam na justiça revisar a indenização paga pela empresa Norte Energia. Em outro imóvel, os moradores já haviam saído, mas a área foi invadida e precisou de ajuda da assistência social para a retirada das pessoas que ocuparam indevidamente o local. Apenas um imóvel ainda era utilizado como ponto comercial, figura 16, o proprietário vinha se mantendo na área por insatisfação com o valor da indenização.

Figura 16: Ponto comercial



Fonte: Pesquisa de campo, Pereira, 2023

A ação movida pela prefeitura foi acatada pela justiça. A área, antes ocupada irregularmente por centenas de famílias, foi desmobilizada após uma longa negociação com o apoio do Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU) e entidade sociais de Altamira. As famílias que viviam na área receberam imóveis em outros bairros, ou pagamento em dinheiro para deixar as casas.

Com a ação judicial de desapropriação, a prefeitura fez um depósito em juízo como previa compensação pela desapropriação, mas os valores podem ser discutidos na justiça. Apesar do aparato policial e de servidores da prefeitura de Altamira, não houve incidentes no local. Segundo o oficial de justiça, as casas são demolidas para evitar novas ocupações irregulares. A área será revitalizada e dará lugar a um parque. As obras já começaram com a limpeza e desinfecção do aterro.

5.2 Nas margens da lagoa, sentei-me e chorei. Para onde iremos?

Os moradores que residiam em situação de vulnerabilidade na lagoa, mas não tinha condição socioeconômica para comprar sua casa em outro local, sentiam -se em estado de desespero sem saber se conseguiria adquirir um canto para acomodar sua família com a indenização que recebeu, como fala o ex-morador: *“Hoje tenho muita preocupação se vou conseguir comprar uma casa para acomodar toda minha família, recebi uma indenização de*

90 mil reais, e as casas estão muito caro, ou eu compro uma casa numa nova evasão ou se tiver sorte vou comprar uma no Rucs Laranjeiras”.

Esse processo de indecisão para as famílias conseguirem reorganizar suas vidas após o processo indenizatório causa uma grande preocupação a todos os envolvidos.

[...] Pois é possível identificar os traumas psicológicos que os moradores estão sofrendo por terem que deixar suas casas, muitos vivem uma indecisão de onde recomeçar sua vida, pois dependem da indenização oferecida pela empresa. (Silva, 2016, p,118/119).

Os problemas de moradia para população carente são inúmeros, fazendo as famílias se acomodar em local precário e sem nenhuma estrutura, faltando o saneamento básico, o acesso à água e de espaço adequado para as atividades. Outras situações são apontadas como a renda, alimentação insuficiente, carência na infraestrutura, cobertura inadequada e muitas pessoas morando no mesmo lugar. Sendo assim: “[...] *Adaptando-se às intempéries do cotidiano o homem busca desenvolver, de maneira eficiente, o aprimoramento de suas atividades a fim de promover melhorias no seu modo de vida*”. (Silva, 2016, p. 96).

Partindo dessa permissão, os moradores entrevistados que moravam na antiga lagoa se deslocaram para vários lugares, mas a grande maioria comprou residência nos RUCs, principalmente: São Joaquim, Laranjeiras e Jatobá, conforme a figura 17.

As famílias que ainda estavam morando no entorno da lagoa e saíram depois do acordo entre a Prefeitura e a Norte Energia, ocupavam 97 imóveis, somando uma quantidade de 370 famílias, que não tinham condições de permanecer morando nas condições insalubres do entorno da lagoa pela falta de condições de estabelecer a conexão de saneamento básico nas suas residências. Dessas famílias 20 representantes legal pelo cadastrado feito pelos órgãos responsáveis foram entrevistados para a pesquisa, como apresento no quadro 03:

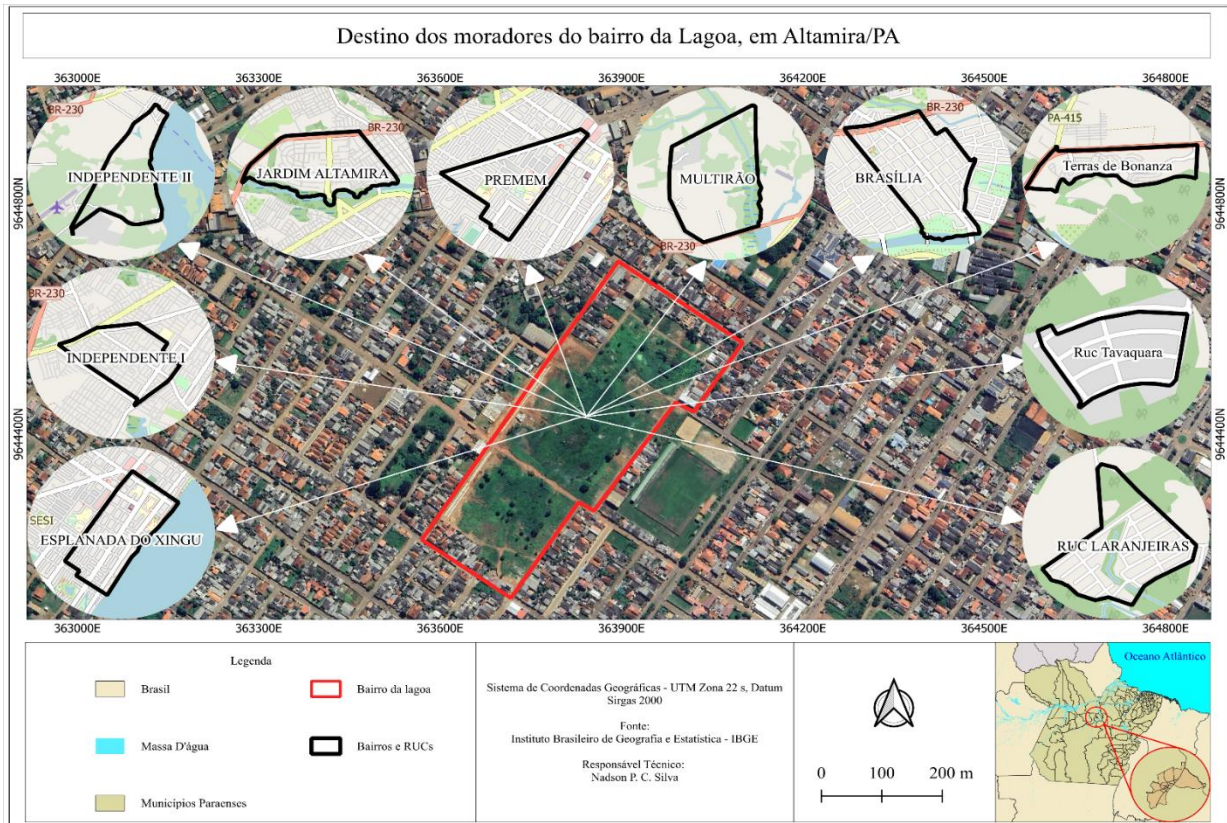
Quadro 03: Entrevistados

Nº	ENTREVISTADOS	SITUAÇÃO
1	Mulher	Comprou uma casa próxima a escola Ducila de Almeida, no bairro de Brasília. Esse recebeu um valor de duzentos e cinquenta mil reais. Tinha a casa e um pequeno comercio Motivo: bairro tranquilo
2	Homem	Comprou casa no bairro Mutirão, pela atividade que desenvolve e bem acessível aos clientes, recebeu trezentos mil reais. Motivo: Bairro promissor para minha atividade
3	Homem	Comprou uma casa no bairro Jardim Altamira e recebeu um valor de oitocentos e sessenta mil reais. Aproveitei a oportunidade de negócio que apareceu.
4	Mulher	Mora no Ruc Laranjeiras e recebeu um valor de noventa mil reais.
5	Mulher	Mora no Ruc Tavaquara e recebeu um valor de noventa mil reais Motivo: Porque é um Ruc próximo do Rio Xingu.
6	Mulher	Mora no bairro Jardim Independente II e recebeu um valor de noventa mil reais. Fica próximo do centro e, é bem tranquilo.
7	Mulher	Essa comprou casa no bairro Terra de Bonanza e recebeu um valor de cento e cinquenta mil reais.
8	Mulher	Essa comprou casa no bairro Esplanada do Xingu e recebeu um valor de trezentos mil reais.
9	Homem	Esse comprou casa no bairro premem e recebeu um valor de trezentos mil reais. A casa fica próximo do meu trabalho, bem centralizada.
10	Homem	Esse comprou casa no bairro Jardim Independente I e recebeu um valor de trezentos mil reais. Um bairro próximo de supermercado, escola, postinho, acessível aos lugares.
11	Homem	Esse comprou casa no bairro Jardim Independente I e recebeu um valor de trezentos mil reais, é um bairro praticamente no centro.

Fonte: Organização do autor, 2024

Essa é a configuração até o momento dos moradores que foram entrevistados na pesquisa. As dificuldades de pessoas são inúmeras, porque foram sendo deslocados em tempo diferente, sendo assim precisei coletar informação com os últimos que saíram para tentar reencontrar os antigos moradores. O fato de os moradores terem sido indenizados com valores diferentes pela estrutura da moradia, a espacialidade dos bairros, onde residem atualmente é diversificada, observe na figura 17.

Figura 17: Destino dos moradores que moravam no entorno da Lagoa.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Técnico responsável: Silva, 2024.

A espacialidade dos bairros onde residem os ex-moradores da lagoa, reflete o valor da indenização paga pelo consorcio Belo Monte, para as pessoas que aí moravam. Por isso apresento alguns depoimentos relacionados a forma de aquisição do imóvel e a percepção a respeito do bairro que residem atualmente.

A indenização paga pela Norte Energia, o valor estava abaixo do mercado e a minha atividade comercial legalizada, não obteve ressarcimento. Esse bairro que moro agora, o Jardim Altamira, foi uma oportunidade que apareceu, só assim conseguir comprar minha casa, a saída da Lagoa impactou direto no meu comercio, mudança de endereço, perda de contato e clientes.

Essa indenização realizou um grande sonho, nunca tive minha casa própria e morava de inquilina, e a Norte Energia realizou isso. Moro no Ruc Tavaquara. Sou de uma família de pescadores, agora novamente estou próxima do Rio Xingu, de uma forma digna.

No decorrer da negociação me ofereceram a opção de casa no reassentamento, mas optei pelo dinheiro, deu para comprar uma casa e um ponto de comércio num lugar melhor, então foi justa. Moro no bairro de Brasília, bem tranquilo e continuo com minhas atividades normais, ficou tudo mais fácil, moro próximo a escola, comercio, posto de saúde.

Esse povo não indenizaram todos os meus bens, acabei comprando um lugar mais acessível, no bairro Mutirão, mas aqui ainda não sou bem conhecido, como lá, e tem dificultado o desenvolvimento das minhas atividades profissionais, e bem distante do centro da cidade.

Me sinto contemplado com minha indenização, comprei uma boa casa no bairro do Premem, perto de tudo, tranquilo e pertinho do meu trabalho.

Hoje moro em um lugar melhor, tranquilo, próximo de tudo, e conservo minha rotina normal, sem muitas alterações.

Morava numa casa de péssima estrutura, porque não tinha dinheiro para deixá-la melhor, com a indenização comprei uma bem aconchegante no Ruc Laranjeiras, isso ajudou bastante as pessoas que jamais conseguiriam comprar uma casa num lugar melhor.

Com a indenização comprei uma casa no bairro Terra de Bonanza, é um lugar bom e tranquilo para morar, além que no período da chuva, não preciso ficar preocupado que vai alargar, correndo o risco de perder o pouco de moveis que tenho.

Eu preferia ter ficado na Lagoa, lá era pertinho do postinho de saúde, tenho problema de saúde e, isso facilitava bastante, todos já me conheciam, aqui a casa é melhor, o bairro bom e tranquilo, moro no bairro Esplanada do Xingu.

5.3 Os ex-moradores da Lagoa do Independente I e suas novas moradias.

É reconhecido por todos os camponeses que a construção da barragem inaugura um outro período em suas vidas. A rigor, as histórias de vida são reportadas em dois períodos: o antigamente e o hoje. O hoje diz respeito a situação atual vivenciada, e tem como marco inicial a construção da barragem (Magalhães, 2007, p. 160).

Todos os moradores que foram deslocamento do entorno da Lagoa do Independente I, tentaram, de uma forma ou de outra, reconstruir suas vidas onde passaram a estar depois do evento, nem sempre a melhoria de vida vem, e eles sentem a violência do deslocamento que se estende a impossibilidade de adquirir uma casa mais próxima do centro da cidade, dificultando o desenvolvimento de algumas atividades como relata a moradora:

Bem assim, eu sei que o lugar que nós morávamos não era apropriado, faltava muito de estrutura, mas eu sou uma pessoa que tenho dificuldade de locomoção, na lagoa ficava próximo do postinho de saúde, supermercado, padaria, açougue, saía devagarzinho para resolver meus problemas e não dependia de transporte, agora moro longe, porque a indenização só deu para comprar uma moradia no bairro distante, fiquei dependente dos outros, isso, é muito triste, as

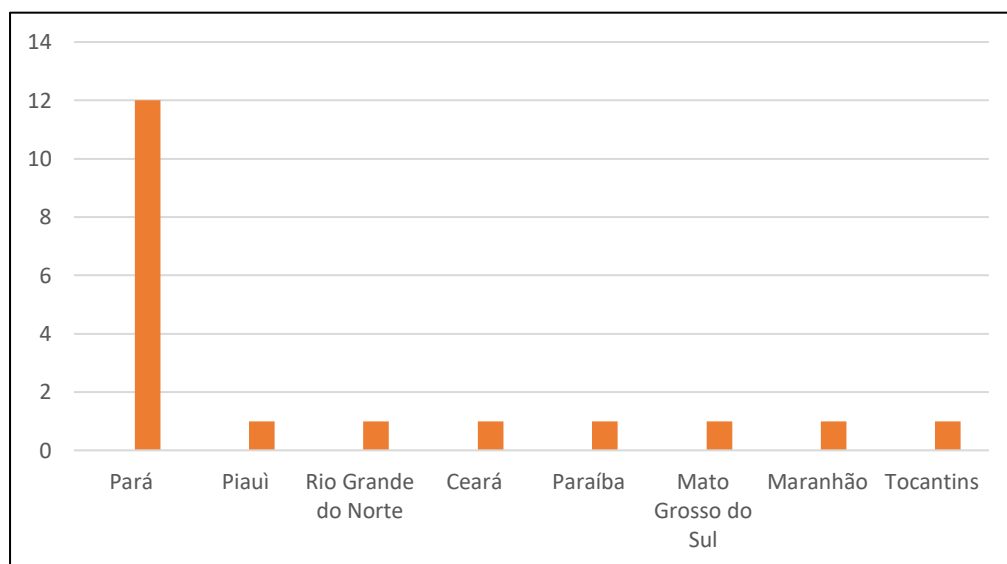
vezes passo necessidade de comida com dinheiro em casa, sou aposentada, espero o tempo dos outros. (Entrevistada, 2024)

As mulheres entrevistadas expressaram diversas reclamações sobre o valor da indenização disponibilizada para elas, comparado com o que receberam os homens que foram indenizados, de acordo com a pesquisa o valor pago para a maioria das mulheres, foi de noventa mil reais. O fato é que as pessoas, mesmo em casa, se sentem num local estranho. A antiga moradia foi, bem ou mal, construída por famílias que ao longo dos anos tornou-se referência. Já a nova moradia foi

Os entrevistados em alguns momentos resistiam para responder as perguntas, principalmente quando se tratava do valor da indenização ou de outros benefícios, como por exemplo, bolsa família. Apesar do número expressivo de moradores que saíram do entorno da lagoa, mas na hora de sentar-se e conversar sobre a saída da Lagoa, muitos recusaram a participar da pesquisa.

Diante da dificuldade do diálogo com esses moradores, apresento o resultante dos participantes, no gráfico 03, o Estado de origem, onde nasceram.

Gráfico 03: Estado de origem



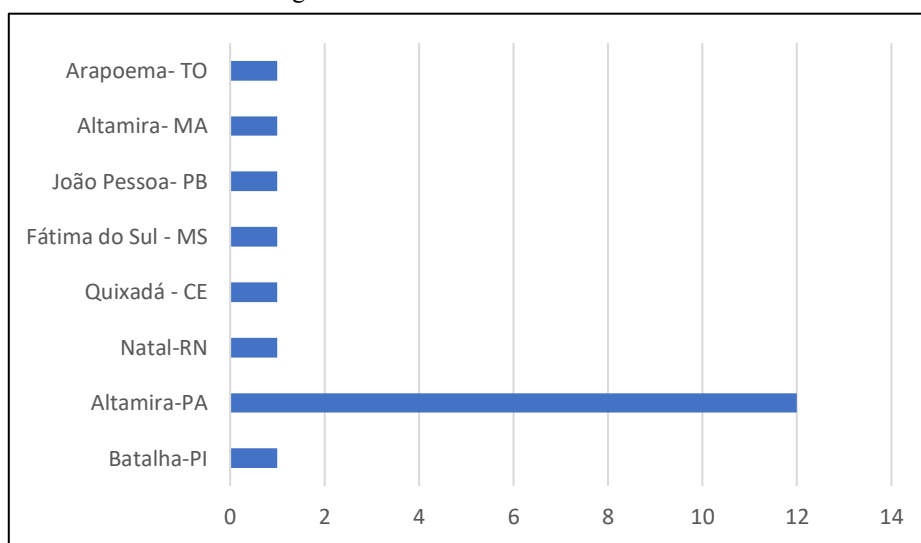
Fonte: Pesquisa de campo, 2024 – organização Pereira

O município de Altamira tem sua história de construção atrelada ao movimento de migração pelo qual o país passou ao longo da sua formação territorial, Altamira não poderia ser diferente, como podemos acompanhar a composição das famílias que residiam na então, chamada Lagoa do Independente I, sendo representada por alguns Estados da nossa Federação.

Logo, em seguida no gráfico 04, as cidades desses Estados que esses participantes da pesquisa, nasceram e foram registrados, alguns vindos para a região Amazônica, ainda criança com seus familiares, em busca de melhores condições de vida.

O modelo de ocupação do espaço acabou por influenciar no deslocamento de diversas pessoas de várias partes do Brasil, sobretudo do Nordeste e do Sul do país, a fim de se estabelecer na região e garantir a posse da terra assegurada pela política de incentivo governamental (Herrera & Guerra, 2006).

Gráfico 04: Cidade de Origem

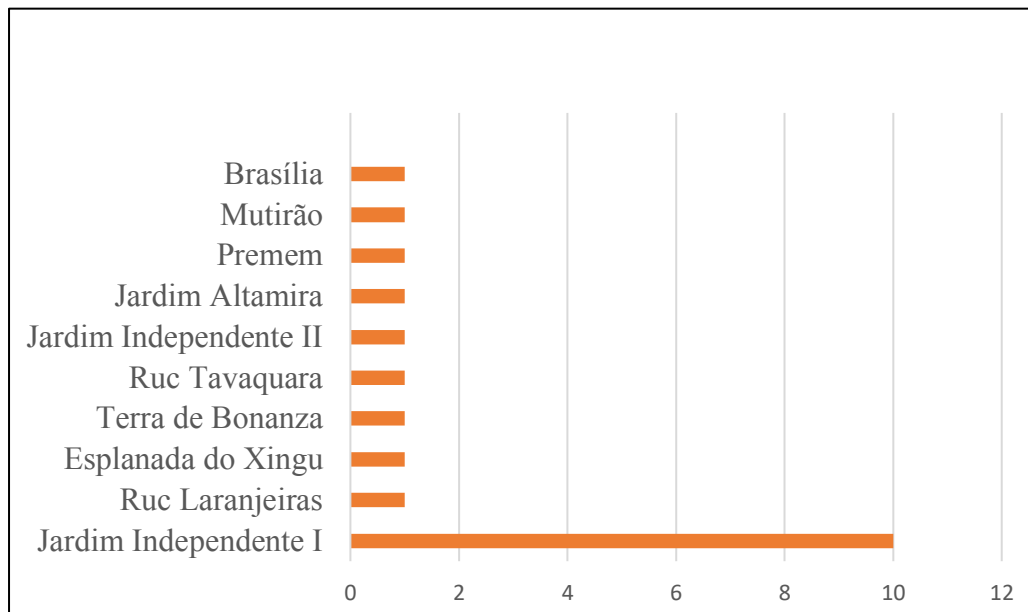


Fonte: Pesquisa de campo, 2024 – organização Pereira.

Segundo Ramos, 1982, p.68 a noção de espacialidade traz consigo a ideia de processo em permanente movimento, ou seja, não se trata do espaço em si [...], mas do espaço na história, pensado como processo histórico, incluindo tanto o realizado quanto o possível, num constante movimento dialético. Mesmo porque não existe espaço a priori, ele só pode ser pensado como espaço social, não sendo uma categoria independente da realidade.

Com base na reflexão do autor, o gráfico 05, mostra a espacialidade dos bairros, onde residem os entrevistados atualmente, a transformação muda toda a prática costumeira dessa população que reescreve sua história e desenvolve os seus saberes em outro lugar com a nova vizinhança.

Gráfico 05: Bairro que residem atualmente.



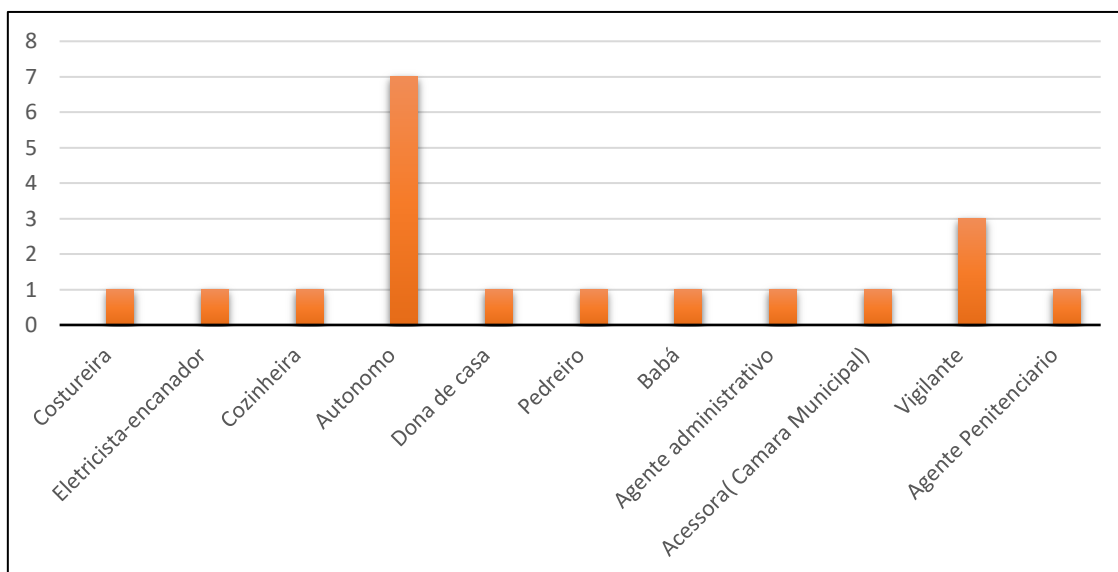
Fonte: Pesquisa de campo, 2024 – organização Pereira.

Essas famílias estão construindo novamente a sua identidade nesses novos bairros que residem, sendo assim, Souza; Pedon (2007, p.135), refletem que a identidade, portanto, não é algo dado, mas é sempre processo (identificação em curso), que se dá por meio da comunicação com outros atores (diálogo e confronto).

A forma de construção desse espaço através das interações que estão sendo estabelecidas através da convivência que fortalece os laços históricos e culturais dessa população com a possibilidade de uma nova reestruturação de convívio. Os moradores indenizados estão espalhados em diversos bairros da cidade de Altamira.

Os moradores do entorno da Lagoa, são indivíduos que viram sua vida cotidiana ser modificada após a construção da Hidrelétrica Belo Monte, o deslocamento dessa certa forma abalou as atividades que eram desenvolvidas como meio de sustentabilidade e renda da sua família. Conforme o Gráfico 06, que nomeia a profissão dos entrevistados.

Gráfico 06: Profissão dos entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo, 2024 – organização Pereira.

As famílias vão conseguindo se adaptar ao novo modo de vida, a fonte de renda vem da diversidade de atividades econômicas que são desenvolvidas por eles, como por exemplo: costureira, pedreiro, cozinheira entre outras apresentadas no gráfico acima.

Essas são as profissões que estão desempenhando na atual rotina na nova moradia, alguns permaneceram exercendo a mesma profissão, como por exemplo, o vigilante, outros necessitaram se adequarem a mudança imposta com a mudança de endereço após serem indenizados, um exemplo, a costureira. Os ex-moradores que foram deslocados tiveram de estruturar seu sustento em torno de novas atividades. Esses moradores passaram por abruptas mudanças sociais inserindo em atividades estranhas ao seu estilo de vida, afetando os seus hábitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. (Santos, p. 2008),

O Desenvolvimento deste trabalho alicerça-se em três pontos de grandes relevâncias na dissertação, o primeiro trata do espaço geográfico: Um olhar a partir dos grandes projetos aportado na Amazônia, apresento a categoria de análise, o espaço, os objetos que transformaram este espaço, como a Rodovia Transamazônica (BR-230), e a UHE Belo Monte. Ao longo da história o Estado brasileiro e seus respectivos governos têm poste em evidência, a promoção de projetos faraônicos na Amazônia que por sua vez trazem consequências sociais, culturais, ambientais e econômicas.

Entre esses grandes projetos vamos destacar a abertura da Transamazônica e a Usina hidrelétrica de Belo Monte, que trouxeram consequências para a cidade de Altamira-PA, em especial para as pessoas que não tinham onde morar. Que ocasionou um aumento no setor imobiliário causando uma especulação nos valores dos imóveis e aluguéis de casas. Mas antes de entrar nesse assunto, vamos relembrar a abertura da Transamazônica.

O Projeto Transamazônica pode ser considerado o de maior dimensão da ditadura civil-militar para a Amazônia. Sua execução exigiu a migração de milhares de homens e mulheres chamados a “construir o Brasil Grande” e, após o governo Médici, foi abandonado, deixando um rastro de destruição ambiental e problemas sociais que geram demandas até os dias atuais. (BRAGA, 2019, p. 33)

E no início do século XXI, a região do Xingu é surpreendida com a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, instalada no rio Xingu, esta, localizada no município de Vitória do Xingu, Estado do Pará. A UHE é constituída por uma barragem principal no rio Xingu, duas casas de força (a principal e a complementar), dois reservatórios, o reservatório do Xingu e o reservatório intermediário (NORTE ENERGIA, 2009). A sua área de influência direta desta UHE compreende os municípios paraenses de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu e Uruará (ELETROBRÁS, 2009).

O terceiro - A lagoa do Independente I, o processo de deslocamento dos moradores, é a discussão da dissertação, tem como foco a lagoa do Independente I – os processos de

deslocamento dos Moradores, que vem tratar da transferência das famílias que moram no entorno da lagoa do Independente I. Sem dúvida, no seu processo de desapropriação deveria ter sido para todas que foram reconhecidas como afetadas pelo levantamento da implantação do saneamento básico nesta área. Mas com o decorrer da retirada dessas famílias algumas ficaram sem ser contempladas. Ou seja, removidas do seu lugar de moradia já comprometido pela insalubridade causada pela existência do saneamento e pela falta de estrutura do próprio local, que sofre com as fontes chuvas grandes inundações, por ser uma Lagoa, esse deslocamento das famílias da Lagoa do Bairro Independente I, ocorrido em três etapas como mostra o trabalho.

O terceiro capítulo da dissertação, retrata os relatos dos moradores após a finalização da etapa de deslocamento e mudança para outros bairros. Os moradores relatam todo o seu processo de luta ao longo da história de construção e desconstrução da Lagoa do Independente I.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Presidência da República. **Metas e bases para a ação de governo**. Brasília, 1970.
- Estronioli, Elisa Mergulhão. Neto. José Queiroz de Miranda. **A Hidrelétrica de Belo Monte como fator de segregação socioespacial: uma análise a partir da cidade de Altamira-PA**. Novos Cadernos NAEA • v. 24 n. 3 • p. 219-238 • set-dez 2021
- FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione. **A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento**. Ambient. soc, p. 141-156, 2013.
- GUERRA, Gutemberg A.; MARTINS DE SOUZA, César. **O apocalipse de Belo Monte: uma cidade frente à construção da Hidrelétrica**. *Amazônica – Revista de Antropologia*. Belém, v. 10, n. 2, p. 790-814.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.
- Harvey, David. (2008). *The right to the city*. New Left Review, 53, set./out., p. 23-40
- HERRERA, José Antônio e GUERRA, Gutemberg A. Diniz. **Exploração agrícola familiar e o processo de ocupação da região Transamazônica**. N. 14. Textos do NEAF. UFPA. Belém. 2006.
- HERRERA, J. A.; MOREIRA, R. P. **Resistência e Conflitos Sociais na Amazônia Paraense: a luta contra o empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte**. *Resistance And Social Conflicts At The Amazônia Paraense: the fight against the hydroelectric enterprise of Belo Monte*. Campo - território: Revista de Geografia Agrária, v. 8, n. 16, 18 ago. 2013.
- ISA- Instituto Socioambiental. Especial Belo Monte. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/index.asp> Acesso em 13 de nov. 2024.
- LACERDA, P. Jardim Independente I [online]. **Desigualdades, violências e violações de direitos humanos na Amazônia brasileira**, 2019 [visto em 10 de agosto de 2023]. Disponível em: <http://amazoniaconflitos.com.br/pesquisas/jardim-independente-i/>
- MAGALHÃES, Sônia Maria. **Lamento e dor: uma análise socioantropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. Belém, 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil; Universidade Paris 13, Paris, França, 2007.
- MARTINS DE SOUZA, César. **Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica**”. Revista Contemporânea – Dossiê 1964-2014: 50 anos depois, a cultura autoritária em questão. Niterói, v. 1, n. 5, 2014, p. 1-19.
- Medeiros, C.; Herrera, J. (2020). **A Usina Hidrelétrica Belo Monte e o direito à cidade na Amazônia: O caso da Lagoa do Independente I em Altamira, Pará (Brasil)**. Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT), n.º 19 (junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 158-185, dx.doi.org/10.17127/got/2020.

MILEO, Irlanda S. O. & FREITAS, Léia G. “Narrativas infantis no contexto de UHE Belo Monte: a quebra do vínculo comunitário das crianças remanejadas”. In EDUCAmazonia – UFAM, Ano 9, v. XVII, n. 12, jul-dez 2016, p.271-295.

MIRANDA NETO, J. Q. **Reassentamento da população urbana diretamente afetada pelo empreendimento hidrelétrico de Belo Monte em Altamira-PA.** Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v. 2, n. 13, p. 43-57, 2014.

MOREIRA, Rodolfo Pragana; SILVA, Cesar Augusto; HERRERA, José Antônio. **Microterritorialidade e lugar dos de baixo, o caso do Baixão do Tufi em Altamira-Pará.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, v. 2, n. 01, 2015.

NORTE ENERGIA. **Plano Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.** Altamira: Norte Energia S.A., 2011.

NORTE ENERGIA SA. **Projeto Básico Ambiental da UHE Belo Monte**, set-2011.

_____. **7º RC**, 2015.

_____. **10º RC**, 2016.

RAMOS, Aluísio Wellichan. **Espaço Tempo na Cidade de São Paulo:** historicidade e espacialidade do “bairro “da água branca. Revista do Departamento de Geografia– Departamento de Geografia da FFLCHUSP, São Paulo, n. 1, p.65-75, 1982. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_15/65-75.pdf. Acesso em: 03 out. 2024.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade do Lugar.** 1.ed. 1. Reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, César Augusto. **Usina Hidrelétrica De Belo Monte:** O processo de des-re-territorialização na (i) mobilidade em Altamira/PA, VII Congresso brasileiro de Geógrafos. Anais do VII CBG- Vitória- ES, 2014.

SILVA, Darlene Costa; **Uma Interpretação Geográfica Dos Impactos Da Hidrelétrica Belo Monte: Estudo de Caso da Vila Santo Antônio e da Comunidade Babaquara.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Belém- UFPA, Instituto De Filosofia E Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação Em Geografia, 2016. 153p.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. **Território e identidade.** Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB Seção Três Lagoas-MS UFMS/CPTL/DCH/ Geografia, Três Lagoas, v. 1, n. 6, ano 4, nov. 2007, p. 126-148. Disponível em: <[http://www.ceul.ufms.br/revista-geo/artigo6_Edevaldo S._e_ Nelson P. pdf](http://www.ceul.ufms.br/revista-geo/artigo6_Edevaldo_S_e_Nelson_P.pdf)> Acesso em: 03 out.2024.

Transamazônica: **História e curiosidades da BR-230, a estrada que atravessa o Brasil.** Maldição do pônei. 20 de abril de 2023. Acessado 20 de novembro 2024. Disponível em: <https://maldicaodoponei.com.br/blog/transamazonica-conheca-a-historia-e-as-curiosidades-dessa-estrada.html>

APENDICE A - FORMULÁRIO LAGOA INDEPENDENTE

1. PERFIL DO ENTREVISTADO

- 1.1. Nome do entrevistado _____
- 1.2. Idade: _____
- 1.3. Cidade de Origem _____
- 1.4. Estado de Origem _____
- 1.5. Se nasceu fora do município, a quanto tempo reside nele? (anos/meses)
- 1.6. Sexo
- Feminino
- Masculino
- Não binário
- mulher transexual/transgênero
- gênero fluído
- outros _____
- 1.7. Grau de instrução
- Analfabeto
- Fundamental incompleto
- Médio incompleto
- Médio Completo
- Superior incompleto
- Superior completo
- 1.8. Estado Civil
- Casado
- Solteiro
- União estável
- Viúva
- Mora junto
- Separado
- 1.9. Trabalha atualmente
- Sim
- Não
- 1.10. Se sim, em qual local?
- 1.11. Qual a sua profissão?
- 1.12. Número de pessoas que moram no domicílio?
- 1.13. Recebe algum benefício do governo?
- Sim
- Não
- 1.14. Se sim, qual?
- Bolsa Família/ Auxílio Brasil
- Aposentadoria por tempo de serviço
- Aposentadoria por invalidez
- Aposentadoria por doença
- Aposentadoria por idade
- Pensão por morte
- Auxílio defeso

- Tarifa Social de Energia Elétrica
- Programa Minha Casa Minha Vida
- Benefício de Prestação Continuada – BPC/LOAS
- Outros, especificar _____
- 1.15. Valor médio do benéfico? _____
- 1.16. Quantas pessoas são geradoras de renda? _____
- 1.17. Qual a principal fonte de renda? _____
- 1.18. Valor médio de renda total? _____

2. CONDIÇÕES DA MORADIA

- 2.1. Condições de direito da casa
 - Própria financiada
 - Própria sem financiamento
 - Alugada
 - Cedida por terceiro
 - Cedida por terceira
- 2.2. Se for alugada quanto paga no aluguel? _____
- 2.3. Tipo de construção da moradia
 - Concreto
 - Madeira
 - Alvenaria
 - Madeira/Alvenaria
- 2.4. Quantos cômodos a moradia tem? _____
- 2.5. Tem banheiro?
 - Sim
 - Não
- 2.6. Quantos banheiro tem? _____
- 2.7. Tipo de construção do banheiro
 - Concreto
 - Madeira
 - Alvenaria
 - Madeira/Alvenaria
- 2.8. Contém vaso sanitário
 - Sim
 - Não
- 2.9. Contém chuveiro normal
 - Sim
 - Não
- 2.10. Paga energia elétrica?
 - Sim
 - Não
- 2.11. Se sim, quanto? _____
- 2.12. Tem saneamento básico fornecido pela prefeitura?
 - Sim
 - Não
- 2.13. Se sim, qual serviço e fornecido?
 - Água tratada

- esgoto
- Coleta de lixo
- Ambos os serviços
- água não tratada
- água por caminhão pipa

2.14. Caso a água não seja fornecida pela prefeitura, qual a forma de abastecimento de água?

- Poço Amazônico
- Poço semiartesiano
- Rio/igarapé
- Artesiano
- Cacimba
- Água fornecida pelo vizinho
- Fornecida pelo posto de gasolina

2.15. Caso o esgoto não for fornecido pela prefeitura, qual o destino dos dejetos?

- Rua
- Rio/igarapé
- Fossa séptica
- Terreno baldio
- Cisterna
- Caminhão pipa

2.16. Qual o destino do lixo doméstico?

- Coleta de lixo pública
- Terreno baldio
- Queima
- Enterra
- Rio/Igarapé
- Rua

2.17. Qual o destino do lixo de quintal?

- coleta de lixo pública
- Terreno baldio
- Queima
- Enterra
- Rio/Igarapé
- Rua

3. OBSERVAÇÃO DA PAISAGEM

3.1. Tem iluminação pública nos postes?

- Sim
- Não

3.2. Se sim, qual as condições?

- Excelente
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssimo

- 3.3. Tem pavimentação?
 Sim
 Não
- 3.4. Se sim, qual as condições?
 Excelente
 Boa
 Regular
 Ruim
- 3.5. Tem posto de saúde no seu bairro?
 Sim
 Não
- 3.6. Tem escola no seu bairro?
 Sim
 Não
- 3.7. Se sim, funciona até que serie?
 Creche
 Fundamental menor
 Fundamental maior
 Ensino Médio
- 3.8. Você considera seu bairro violento?
 Sim
 Não
- 3.9. Se sim, o quanto você considera violento?
(Classificar 0 a 10. Sendo 0 não violento e 10 muito violento)
- 3.10. Caso sim, quais os crimes e violências você tem percebido em seu bairro?
 Homicídio
 Roubo
 Assalto
 Tráficos de drogas
 Violência contra mulher
 Violência contra criança
- 3.11. Há policiamento no seu bairro?
 Sim
 Não
- 3.12. Se sim, com qual frequência por semana?
 1
 2
 3
 4
 5
 7
 8

4. RELAÇÃO COM A LAGOA INDEPENDENTE 1

- a) Em que ano você foi morar na área da Lagoa?
- b) Quanto tempo você residiu na Lagoa do independente 1
- c) A casa que você morava era sua?
 - sim
 - não

Se não, qual era a situação? _____

- d) Quantos pessoas residiam na mesma casa que você?
- e) Antes de vir morar na Lagoa onde você vivia?
- f) Qual grupo de deslocamento você fez parte?
- g) O que lhe fez optar por morar na região da lagoa?
- h) Você considerava a região da Lagoa apropriada para se viver?
- i) Antes de morar na região da Lagoa, você teve outra opção de moradia?
- j) Se for reassentado, você escolheu o bairro para morar?
- k) Você considera justa a indenização recebida da Norte Energia pela sua moradia? Por quê?
- l) Com a indenização recebida você teve condições de adquirir outra moradia?
- m) Em que bairro você reside hoje e porque optou por ele?
- n) Quantas pessoas residem na residência hoje?
- o) O fato de sair da região da lagoa provocou alguma mudança nas suas atividades profissionais?
- p) O local que você reside hoje facilitou ou dificultou seu acesso aos serviços públicos como saúde, segurança, educação?